Prefácio de D. Paulo Evaristo,
Cardeal Arns

UM RELATO PARA A HISTÓRIA

BRASIL: NUNCA MAIS

EDITORA VOZES

41ª Edição

Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns

BRASIL:
NUNCA MAIS

Prefácio de
Dom Paulo Evaristo Arns

10ª Edição

VOZES
Petrópolis
1985

Sumário

Prefácio do Cardeal-Arcebispo de São Paulo
Prefácio do Ex-Secretário-Geral do Conselho Mundial de Igrejas
Apresentação
1ª Parte
CASTIGO CRUEL, DESUMANO E DEGRADANTE 1. Aulas de tortura: os presos-cobaias

2. Modos e instrumentos de tortura
O “pau de arara”
O choque elétrico
A “pimentinha" e dobradores de tensão
O “afogamento”
A "cadeira do dragão", de São Paulo
A “cadeira do dragão", do Rio
A “geladeira”
Insetos e animais
Produtos químicos
Lesões físicas
Outros modos e instrumentos de tortura
3. Tortura em crianças, mulheres e gestantes
Menores torturados
Mulheres torturadas
Gravidez e abortos
2ª Parte
O SISTEMA REPRESSIVO
4. A origem do Regime Militar
5. A consolidação do Estado Autoritário 6. A montagem do aparelho repressivo e suas leis 7. Como eram efetuadas as prisões
Apresentação espontânea à Justiça
Roubo e extorsão
3ª Parte
REPRESSÃO CONTRA TUDO E CONTRA TODOS 8. Perfil dos atingidos
9. As organizações de esquerda
1. Partido Comunista Brasileiro (PCB)
2. As dissidências armadas: ALN, PCBR, MR-8 e outras
3. Partido Comunista do Brasil (PC do B)
4. Ação Popular (AP)
5. A POLOP e os grupos que dela nasceram
6. Os grupos trotskistas
7. As organizações vinculadas ao "Nacionalismo Revolucionário”
10. Setores sociais
SETORES SOCIAIS
Militares
Sindicalistas
Estudantes
Políticos
Jornalistas
Religiosos

11. Atividades visadas
Vínculos com o governo constitucional deposto
"Propaganda Subversiva”
Crítica à autoridade
4ª Parte
SUBVERSÃO DO DIREITO
12. A formação dos processos judiciais
A Justiça Militar e sua competência
Fase policial: O inquérito policial militar
Fase judicial: A ação penal
As sentenças
Os recursos
13. Seis casos exemplares
5ª Parte
REGIME MARCADO POR MARCAS DA TORTURA
14. Intimidação pela tortura
15. Depoimentos forjados: confissões falsas
Depoimentos forjados
Conclusão
16. Consequências da tortura
A sedução da morte
Impactos sobre a personalidade
17. Marcas de tortura
Exames de corpo de delito
18. Assistência médica à tortura
Médicos legistas
6ª Parte
OS LIMITES EXTREMOS DA TORTURA
19. “Aqui é o inferno”
A "Casa dos Horrores”
A casa de São Conrado
A casa de Petrópolis
O "local ignorado" de Belo Horizonte
O Colégio Militar de Belo Horizonte
A "fazenda" e a casa de São Paulo
20. Mortos sob tortura
Chael Charles Schreier
João Lucas Alves e Severino Viana Caiu
Eduardo Leite
Luiz Eduardo da Rocha Merlino
Joaquim Alencar Seixas
Carlos Nicolau Danielli
Odijas Carvalho de Souza

Alexandre Vannucchi Leme
José Ferreira de Almeida
Wladimir Herzog
21. Desaparecidos Políticos
Epílogo
ANEXOS
Anexo I
Anexo II
A tortura, o que é, como evoluiu na história
O que é a tortura
Evolução histórica da tortura
A reintrodução da tortura aos processos penais A Inquisição e a Doutrina de Segurança Nacional
A progressiva rejeição da tortura
Anexo IV - Declaração sobre tortura
Anexo V

12ª Edição
Petrópolis 1986

1985, Arquidiocese de São Paulo
Direitos de publicação:
Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100

25689 Petrópolis, RJ
Brasil
Diagramação Valdecir Mello
Este livro foi composto e impresso nas oficinas
da Editora Vozes Limitada Petrópolis RJ Brasil
MATRIZ:
Petrópolis Rua frei Luís, 100 25689 Petrópolis, RJ
Tel.: (024)243-5112

Caixa Postal 90023
End. Telegráfico: VOZES CGC 31.127.301/0001-04
Inscr. Est. 80.647.050

"Escreve isto para memória num livro"
(Êxodo 17,14).

"Lembrem-se do que aconteceu no passado:
Naqueles dias, depois que a luz de Deus brilhou sobre vocês,
vocês sofreram muitas coisas,
mas não foram vencidos na luta.
Alguns foram, insultados e maltratados
publicamente,
e outros tomaram parte no sofrimento
dos que foram tratados assim.
Vocês participaram do sofrimento
dos prisioneiros.
E quando tiraram tudo o que vocês tinham,
vocês suportaram isso com alegria,
porque sabiam que possuíam coisa muito melhor,
que dura para sempre.
Portanto, não percam a coragem,
porque ela traz grande recompensa"
(Hebreus 10,32-35).

Prefácio do Cardeal-Arcebispo de São Paulo

TESTEMUNHO E APELO

As angústias e esperanças do Povo devem ser compartilhadas pela

Igreja. Confiamos que esse livro, composto por especialistas, nos confirme em nossa crença no futuro.

Afinal, o próprio Cristo, que "passou pela Terra fazendo o bem", foi perseguido, torturado e morto. Legou-nos a missão de trabalhar pelo Reino de Deus, que consiste na justiça, verdade, liberdade e amor.

As experiências que desejo relatar no frontispício desta obra pretendem reforçar a ideia subjacente em todos os capítulos, a saber, que a tortura, além de desumana, é o meio mais inadequado para levar-nos a descobrir a verdade e chegar à paz.

1. Durante os tempos da mais intensa busca dos assim chamados "subversivos", atendia eu na Cúria Metropolitana, semanalmente, a mais de vinte senão cinquenta pessoas. Todas em busca do paradeiro de seus parentes.

Um dia, ao abrir a porta do gabinete, vieram ao meu encontro duas senhoras, uma jovem e outra de idade avançada.

A primeira, ao assentar-se em minha frente, colocou de imediato um anel sobre a mesa, dizendo: "É a aliança de meu marido, desaparecido há dez dias. Encontrei-a, esta manhã, na soleira da porta. Sr. padre, que significa essa devolução? É sinal de que está morto ou é um aviso de que eu continue a procurá-lo?"

Até hoje, nem ela nem eu tivemos resposta a essa interrogação dilacerante.

A senhora mais idosa me fez a pergunta que já vinha repetindo há meses: "O senhor tem alguma notícia do paradeiro de meu filho?" Logo após o sequestro, ela vinha todas as semanas. Depois reaparecia de mês em mês. Sua figura se parecia sempre mais com a de todas as mães de desaparecidos. Durante mais de cinco anos, acompanhei a busca de seu filho, através da Comissão Justiça e Paz e mesmo do Chefe da Casa Civil da Presidência da República. O corpo da mãe parecia diminuir, de visita em visita. Um dia também ela desapareceu. Mas seu olhar suplicante de mãe jamais se apagará de minha retina.

Não há ninguém na Terra que consiga descrever a dor de quem viu um ente querido desaparecer atrás das grades da cadeia, .sem mesmo poder adivinhar o que lhe aconteceu. O "desaparecido" transforma-se numa sombra que ao escurecer-se vai encobrindo a última luminosidade da existência terrena.

Para a esposa e a mãe, a Terra se enche de trevas, como por ocasião da morte de Jesus.

2. Numa noite singular, chegou à minha residência um juiz militar, que estudara em colégio católico e demonstrava compreensão para a ação da Igreja de São Paulo, empenhada na defesa de presos políticos.

A certa altura, a conversa toma rumo oposto. O magistrado, aparentemente frio e objetivo, se comove. Acaba de receber dois documentos — diz ele — provenientes de fontes diversas e assinados por pessoas diferentes. Dois presos políticos afirmam terem assassinado a *mesma* pessoa, em tempo e circunstâncias totalmente inverossímeis. E ele, juiz, a concluir: "Imagine o senhor a situação psicológica, e quem sabe física, de quem chega ao ponto de declarar-se assassino, sem o ser!"

O inquérito sob tortura, ou ameaça de tortura, no entanto, chega a absurdo e inutilidade ainda maiores:

3. O engenheiro, antes de prestar depoimento à Comissão Justiça e Paz, me relata o seu drama.

Nada tinha a temer, quando foi preso. Como, no entanto, ouvira que a tortura era aplicada a quem não confessasse, ao menos, alguma coisa, foi preparando a mente para contar minuciosamente tudo que pudesse, de qualquer forma, ser interpretado como sendo contrário ao regime. Diria até mais do que numa confissão sacramental. Não conseguiu.

Após tomarem seus dados pessoais, fizeram-no assentar-se, de imediato, na cadeira do dragão e, a partir desse momento, conta-me ele: "Tudo se embaralhou. Não sabia mais o que fizera, nem mesmo o que desejava contar ou até ampliar, para ter credibilidade. Confundi nomes, pessoas, datas, pois já não era mais eu quem falava e sim os inquisidores que me dominavam e me possuíam no sentido mais total e absoluto do termo".

Como e quando há de recompor-se um homem inocente, assim aviltado?

4. O que mais me impressionou, ao longo dos anos de vigília contra a tortura, foi porém o seguinte: como se degradam os torturadores mesmos. Esse livro, por sua própria natureza, não pode dar resposta plena à questão. Daí o meu testemunho:

Quando foram presos os líderes da Ação Católica Operária, em fins de janeiro de 1974, tive ocasião de passar quatro tardes inteiras, no interior do DEOPS, na esperança de avistar-me com eles. Eu havia sido chamado para tanto, de Curitiba, onde passava os dias com todos os irmãos, que confortavam a mãe em seus últimos dias de vida.

Durante a longa espera, nos corredores da cadeia, pude entreter-me com delegados que presidiam a inquéritos, semelhantes aos que virão descritos nesta obra. Cinco deles me contaram de seus estudos em colégios católicos e um deles na Universidade Católica de São Paulo. Cada qual com problemas sérios na família e na vida particular, que eles próprios atribuíam à mão vingadora de Deus. Instados a abandonar esta terrível ocupação, respondiam: "Não dá. O senhor sabe por quê!"

Na sexta-feira à tardinha pude afinal avistar-me com dois dos nossos agentes de pastoral, em situação lastimável, na presença mesmo dos delegados que encarei firmemente.

Um deles, meses após, me esperava, ao final da missa, sozinho, na igreja da Aclimação. Abordou-me, num grito de desespero: "Tem perdão para mim?"

Só onze anos depois, em março de 1985, fiquei sabendo que, na manhã de 12 de fevereiro de 1974, um delegado fizera subir os presos para anunciar-lhes, com ar triunfante e cínico, que minha mãe havia morrido no dia anterior. Os presos baixaram os olhos e nada disseram.

Lembrei-me então da advertência de um general, aliás contrário a toda tortura: quem uma vez pratica a ação, se transtorna diante do efeito da desmoralização infligida. Quem repete a tortura quatro ou mais vezes se bestializa, sente prazer físico e psíquico tamanho que é capaz de torturar até as pessoas mais delicadas da própria família!

A imagem de Deus, estampada na pessoa humana, é sempre única. Só ela pode salvar e preservar a imagem do Brasil e do mundo. Daí, o nosso apelo ao governo brasileiro, para que assine e ratifique a Convenção Contra a Tortura proposta pela ONU e estampada! no final deste livro, todo ele escrito com sangue e com muito amor] à Pátria.

São Paulo, 3 de maio de 1985

Paulo Evaristo, CARDEAL ARNS
Arcebispo Metropolitano de São Paulo

Prefácio do Ex-Secretário-Geral do Conselho Mundial de Igrejas

É com um senso de profunda gratidão e humildade que recomendo ao leitor este livro singularmente significante. Gratidão, por ter sido possível que um grupo corajoso de pessoas pudesse legalmente fazer uso dos processos da Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979, e colocar perante o público um relato da trágica prática da tortura durante um período especialmente repleto de acontecimentos na história do mundo e do Brasil. Humildade, porque eu, assim como todos os leitores, compartilho uma humanidade comum com os torturados e torturadores, e compartilhamos também do sofrimento e culpa daqueles que se envolveram nessa violação degradante da nossa natureza humana como aqueles que fomos feitos à imagem de Deus revelada em Jesus Cristo.

Escrevo como alguém que esteve envolvido durante quase quarenta anos no movimento ecumênico mundial, o qual sempre deu destaque à promoção dos direitos humanos e à dignidade inviolável da pessoa humana. Quando o Conselho Mundial de Igrejas [uma confraternização de mais de 300 igrejas Ortodoxas, Protestantes e Pentecostais em mais de 100 países] foi oficialmente inaugurado em 1948, seus membros fizeram uma clara declaração sobre direitos humanos [ver *Of icial Report*, p. 93].

A primeira Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) instou as igrejas para que trabalhassem a favor da aprovação pelas Nações Unidas da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que acabou acontecendo no dia 10 de dezembro daquele mesmo ano. Líderes de igrejas membros do CMI participaram na elaboração da minuta daquela Declaração Universal.

Esperávamos realizar no Brasil, em 1964, a reunião da comissão geral da Federação Mundial de Estudantes Cristãos, da qual eu era presidente naquela época. Infelizmente, porém, o golpe militar nos forçou a nos reunirmos em um país vizinho. Estávamos então e continuamos a
estar preocupados com o destino de estudantes, professores e intelectuais que desafiavam o sistema político, econômico e social e que estavam sujeitos à detenção sumária e à tortura.

Durante os anos em que fui Diretor da Comissão de Miss Mundial e Evangelismo (1967-1972) e Secretário-Geral (1972-1984) do| CMI, sempre estive profundamente envolvido na questão dos direitos humanos. Na Quarta Assembleia do CMI, em 1968, destacamos o caráter internacional dos direitos humanos [ver *Of icial Report*, p.64].

Foi neste espírito que apelos foram feitos às autoridades brasileiras e ao mundo sobre o que estava acontecendo no Brasil e em outros lugares. Na Quinta Assembleia do CMI, em 1975, foi dada ênfase especial à situação dos direitos humanos na América Latina! [ver *Of icial Report*, p. 178-179].

Embora alguns países latino-americanos tenham sido mencionados naquela declaração, foi considerado como questão de prudência não fazer referência direta ao Brasil por causa da situação muito tensa existente ali. Na mesma época a Assembleia Geral da ONU aprovou a "Declaração sobre a Proteção de todas as Pessoas de serem submetidas à Tortura e outro Tratamento ou Castigo Cruel, Desumano ou Degradante. O CMI, a partir de então, também abriu um escritório especial de direitos humanos para acompanhar a situação na América Latina.

Dois anos depois o Comité Central do CMI fez uma declaração] sobre a tortura como uma contribuição ao esforço das Nações Unidas para aprovar uma "Convenção contra a Tortura e outro Tratamento ou Castigo Cruel, Desumano ou Degradante", o que acabou acontecendo em 10 de dezembro de 1984. A declaração do CMI está reproduzida neste livro como Anexo IV.

Fizemos referência a várias declarações e resoluções do CMI. Convém notar, ademais, que a Igreja Católica Romana, especialmente] após

o Concílio Vaticano II (1962-1965), tem falado inequivocamente sobre direitos humanos e a dignidade da pessoa humana. A Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Moderno *(Gaudium et Spes)* é citada no Anexo II deste livro. E na Terceira Conferência Geral dos Bispos Latino Americanos, realizada em Puebla em 1979, a Igreja tomou uma posição muito clara:

> A Igreja assume a defesa dos direitos humanos e se associa: em solidariedade com aqueles que os promovem. Aqui citaremos i somente uma das numerosas declarações do magistério sobre este assunto, mas de especial importância, o discurso do Papa João Paulo II ao Corpo Diplomático, em 20 de outubro de 1978: "A Santa Sé age nessa área com o conhecimento de que a l liberdade, o respeito à vida e dignidade das pessoas (as quais jamais são meros instrumentos), o tratamento igual, a consciência profissional no trabalho e a busca mútua do bem comum, o espírito de reconciliação, e uma abertura aos valores espirituais são exigências fundamentais para uma vida harmoniosa na sociedade e para o progresso de cidadãos e sua civilização" [*Puebla*, n. 146].

De fato, os Católicos têm estado nas fronteiras da luta pelos direitos humanos na América Latina, sendo que muitos padres e religiosos foram torturados até a morte.

Das muitas violações dos direitos humanos, por que será que a tortura é destacada pela comunidade internacional e os cristãos estão tão preocupados com ela?

I

Primeiramente, porque a tortura é o crime mais cruel e bárbaro contra a pessoa humana. Tradicionalmente se argumentou — tanto os antigos gregos e romanos com relação aos escravos, quanto a Igreja medieval com relação aos assim chamados hereges — que a tortura era um meio de forçar as pessoas a falarem a verdade. A realidade de hoje mostra, porém, que, com os sofisticadíssimos instrumentos de tortura não somente física mas mental também, é possível dobrar o espírito das pessoas e fazê las admitir tudo quanto for sugerido pelo torturador. A intenção é reduzir as pessoas a máquinas funcionais. A lógica disso é o fenômeno do nosso tempo em que pessoas desaparecem como se jamais tivessem existido. Esta é a própria negação da identidade humana legada por Deus e contraria a vontade do nosso Criador. O que é especialmente intolerável nos dias de hoje é que, justamente quando a maioria dos povos subscreve o
reconhecimento e defesa dos direitos humanos e a dignidade do ser humano, esses direitos estão sendo mais flagrantemente suprimidos e violados no mundo inteiro.

II

Em segundo lugar, se os torturadores são agentes conscientes desse ato degradante, deve haver motivos supervenientes que os levam a agir dessa forma com outras pessoas. Invariavelmente, o motivo é obediência a algum tirano, ou em nome da segurança nacional, conforme descrito na 2ª Parte deste livro [O Sistema Repressivo]. Na busca de desenvolvimento econômico rápido, o regime militar assumiu poderes excepcionais e suprimiu os direitos constitucionais dos cidadãos. Essas medidas de exceção, no entanto, acarretaram maiores privações à vasta maioria da população. Precisamente aqueles que levantaram suas vozes ou agiram a favor dos pobres e oprimidos foram os que sofreram tortura e morte. Cremos, como cristãos, que a única e verdadeira segurança nacional reside em facilitar a plena participação das pessoas na vida do seu país.

Somente quando houver diálogo e uma vida de confiança e respeito mútuos entre pessoas em todos os níveis da sociedade, somente então poderá existir a verdadeira segurança nacional.

III

Em terceiro lugar, a prática da tortura é uma indicação dos valores herdados que influenciam uma sociedade ou nação. O que aconteceu no Brasil precisa ser visto à luz da sua longa história desde 1500 quando os primeiros colonizadores chegaram. O tratamento dos índios, a cruel instituição da escravidão que somente foi abolida em 1888, e a forma violenta como o Brasil foi explorado através dos séculos, tudo isso deixou suas marcas na mentalidade do povo e especialmente nas classes dominantes. Infelizmente, a época da colonização foi também a época da Inquisição da Igreja, o que fez com que a igreja ficasse inibida, na sua tarefa evangelizadora, de disseminar os valores da dignidade humana e justiça para todos. Nos últimos trinta e tantos anos, no entanto, os cristãos ficaram conscientes da necessidade de acordar a consciência das pessoas a fim de promover o respeito para com todos e uma sociedade mais justa.
Este livro é, por conseguinte, um apelo para que sejam repensados os valores e atitudes tradicionais.

IV

Finalmente, a tortura é uma preocupação para os cristãos e para todas as pessoas de boa vontade porque ela é um fato universal não somente na sua prática como também no envolvimento de muitos países, como o Brasil. Esse envolvimento assume muitas formas, começando com a exportação de instrumentos sinistros de tortura e de material policial e carcerário. Mais

importante ainda, porém, é o envolvimento econômico e militar de muitos países através de investimentos para lucros rápidos e fáceis num país cuja segurança se baseia numa massa trabalhadora controlada e reprimida. Este livro não é somente sobre o Brasil, portanto, mas também sobre a comunidade inteira de nações. Somos todos responsáveis pelo que aconteceu lá.

É com penitências, pois, que encaramos este livro. Ele não pretende ser meramente uma acusação, mas sim um convite para que todos nós reconheçamos nossa verdadeira identidade através das faces desfiguradas dos torturados e dos torturadores. Fazemos isso em nome de Cristo que foi torturado e crucificado para que tivéssemos

vida em toda a sua plenitude. Na cruz, Jesus intercedeu pelos seus torturadores: "Pai, perdoa-lhes, pois não sabem o que fazem". Foi este Jesus que falou aos seus discípulos, assim como a nós: "Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará". E aquela verdade é conhecida e praticada quando se é justo e se afirma a dignidade de cada ser humano.

Philip Potter
Genebra, Suíça
5 de junho de 1985

Apresentação

O Brasil vive, hoje, mais uma página de esperança em sua história. Superados 21 anos de Regime Militar sonha o país com projetos de reconstrução. As leis começam a ser repensadas. Mudanças importantes foram prometidas pelos que hoje governam, diante de praças repletas de corações angustiados.

De esperança em esperança, esse mesmo povo, em outras épocas, peregrinou por caminhos semelhantes de aberturas políticas que acabaram durando pouco. Anos de mais tolerância frente a opiniões discordantes e maior preocupação com nossos problemas sociais deram lugar, já antes de 1964, a outras etapas de intransigência, perseguições e até mesmo desprezo pelas reivindicações dos marginalizados.

Isso não pode se repetir agora, mais uma vez. A esperança que renasce hoje não pode ser novamente passageira.

É preciso tomar decisões, adotar medidas corajosas que favoreçam a consolidação de um país democrático. É preciso trabalhar sem trégua e sem demoras, na remoção dos rastros do autoritarismo e na edificação de um legítimo Estado de Direito, que seja sólido e ao mesmo tempo permeável à crítica. Onde não seja proibido participar, nem discordar, nem contestar. Onde o grito dos pobres possa ser ouvido. O grito de todos.

Para tanto, é indispensável aprender as lições que emanam de nosso

passado recente. As lições de nossa história.

Este livro é a reportagem sobre uma investigação no campo dos Direitos Humanos. É uma radiografia inédita da repressão política que se abateu sobre milhares de brasileiros considerados pelos militares como adversários do regime inaugurado em abril de 1964. É também a anatomia da resistência.

Em março de 1979, tomava posse na Presidência da República o general João Batista Figueiredo, prometendo aprofundar a distensão política iniciada no Governo Geisel, transformando este país numa democracia. Poucos meses mais tarde, começava a dar seus primeiros passos, no silêncio necessário da discrição e do sigilo, o *Projeto de Pesquisa "BRASIL: NUNCA MAIS"*. Um reduzido grupo de especialistas dedicou-se, por um período superior a cinco anos, à elaboração de um volumoso estudo que' será resumido neste livro.

O QUE FOI O PROJETO "BRASIL: NUNCA MAIS”

No mundo todo, a questão da repressão política é quase sempre levantada a partir de denúncias dos atingidos, ou de relatos elaborados por entidades que se dedicam à defesa dos Direitos Humanos. Emotivos ou equilibrados, são testemunhos que ajudam a revelar uma história oculta. Mas tropeçam, às vezes, na desconfiança daqueles que alegam serem depoimentos tendenciosos, por partirem de vítimas que, na sua maioria, teriam motivações políticas.

A pesquisa "BRASIL: NUNCA MAIS" (BNM) conseguiu superar esse dilema, estudando a repressão exercida pelo Regime Militar a partir de documentos produzidos pelas próprias autoridades encarregadas dessa tão controvertida tarefa.

De que modo?

Cuidando de reunir as cópias da quase totalidade dos processos políticos que transitaram pela Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979, especialmente aqueles que atingiram a esfera do Superior Tribunal Militar (STM).

Foram obtidas, por inúmeros caminhos, cópias de 707 processos completos e dezenas de outros incompletos, num total que ultrapassou 1 milhão de páginas imediatamente microfilmadas em duas vias, para que uma pudesse ser guardada, sem riscos, fora do país. Sobre o outro conjunto de microfilmes uma equipe se debruçou durante cinco anos, produzindo um relatório (Projeto "A") de aproximadamente 5.000 páginas, contendo informações impressionantes.

No exato momento em que este livro chega às livrarias, com edições em português e em inglês, cópias de uma tiragem restrita do Projeto "A" são

distribuídas entre universidades, bibliotecas, centros de documentação e entidades voltadas para a defesa dos Direitos Humanos, no Brasil e no Exterior.

O que este livro traz na forma de síntese, aquele trabalho contêm de modo mais desenvolvido.

Estabelecendo 15 de março de 1979 como data-limite do período a ser investigado, os responsáveis pela pesquisa procuraram assegurar um mínimo de distanciamento histórico em relação à repressão política enfocada. E, mais que isso, evitaram apreciar fatos ainda em desenvolvimento.

Não foram poucas as dificuldades, nem pequenos os riscos que acompanharam a realização da Pesquisa BNM.

De um lado, os traumas do período anterior, marcado pela tortura rotineira, pelas mortes e pelos desaparecimentos, ainda estavam bastante vivos nas consciências, inspirando temores e exigindo cautelas. Não se tinha, sequer, a certeza de que a pesquisa conseguiria atingir o seu final, nem se sabia se um dia seria possível publicá-la.

Em abril de 1981, por exemplo, quando o Projeto BNM se encontrava em pleno desenvolvimento, o acidente terrorista do Riocentro, que vitimou dois militares do DOI-CODI, um deles fatalmente, veio evidenciar que os órgãos de repressão estudados pela pesquisa permaneciam em ação, ainda eram capazes de crimes tão dementes, quanto aquele que se tentava praticar contra milhares de jovens reunidos para um show de música popular brasileira, em comemoração ao 19 de Maio. É inegável que os envolvidos com o Projeto BNM passavam por um certo susto em episódios assim.

De outro lado, existia uma contradição grave com o fator tempo. A investigação era necessariamente morosa, dadas as dificuldades para se reunir a fonte documental e a exigência de um estudo cuidadoso de cada página daquelas centenas de processos. Mas existia, em contrapartida, uma pressa real em se assegurar a conclusão do trabalho antes que alguma eventual mudança na conjuntura política impedisse o prosseguimento do estudo, ou algum incêndio ardiloso eliminasse das repartições oficiais documentos que eram preciosos para as conclusões da pesquisa. No fim do Estado-Novo, um desses incêndios já havia destruído os documentos da polícia política chefiada por Felinto Muller, no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, o Projeto BNM sempre correu contra o relógio, e a divulgação de seus resultados, agora, significa uma animadora vitória sobre todos aqueles riscos e dificuldades.

Por que a escolha dos processos da Justiça Militar como fonte básica?

No livro *Vigiar e Punir*, o pensador francês Michel Foucault já havia mostrado ser possível reconstruir boa parte da história de uma época através do processo penal arquivado no Poder Judiciário de cada país. A verdadeira personalidade do Estado ficava ali gravada, sob a forma de

sentenças judiciais determinando torturas, esquartejamentos em praça pública, normas de vigilância carcerária, castigos ao corpo, punição ao espírito.

Daí o salto conclusivo: se, no Brasil, fosse possível recuperar a história das torturas, dos assassinatos de presos políticos, das perseguições policiais e dos julgamentos tendenciosos, a partir dos próprios documentos oficiais que procuravam legalizar a repressão política daqueles 15 anos, teríamos chegado a um testemunho irrefutável.

Pode-se argumentar que, dispensando a tomada de depoimentos das próprias vítimas, e trabalhando com documentos produzidos pelas autoridades do regime, o Projeto estaria condenado a apurar apenas uma pequena parte das violências cometidas contra os Direitos Humanos no período. A fonte documental podia ser comparada a um material de onde os agentes da repressão removeram as "impressões digitais" dos crimes cometidos no ato de investigar.

Mas havia uma contrapartida compensadora: o que se produzisse como constatação de irregularidades, de atos ilegais, de medidas injustas, de denúncias sobre torturas e mortes, teria a dimensão de prova indiscutível. Definitiva.

Em outras palavras: a denúncia que uma vítima de torturas faz perante uma entidade de Direitos Humanos não questiona tão frontalmente as autoridades governamentais, quanto a verificação de que a mesma fora apresentada em tribunal, confirmada por testemunhas e até mesmo registrada em perícias médicas, sem que daí resultasse qualquer providência para eliminar tais práticas, responsabilizando criminalmente seus autores.

Aceitou-se, por isso, o desafio de trabalhar com a informação básica contida apenas nos processos, recorrendo-se só ocasionalmente a fontes complementares, também de idoneidade inquestionável.

O RELATÓRIO DO PROJETO BNM E O CONTEÚDO DESTE LIVRO

Não é tarefa simples resumir, numa reportagem que permita leitura relativamente fácil, o conteúdo das milhares de páginas que encerram as conclusões da longa pesquisa.

Para que o leitor tenha uma dimensão mais precisa da relação que existe entre este livro e aquele exaustivo relatório, vale anotar os tópicos que compõem aquela obra, localizável para consultas nas entidades já citadas.

O relatório começa situando, como estudo de referência, a evolução das instituições políticas do Brasil entre 1964 e 1979, partindo dos antecedentes do Regime Militar e completando-se com a montagem do aparelho de repressão erguido sobre o alicerce da Doutrina de Segurança

Nacional.

Em seguida, são apresentadas as características metodológicas da pesquisa, a classificação dos processos quanto à natureza dos atingidos (organizações de esquerda, setores sociais e atividades) e explicados os instrumentos que serviram para a coleta dos dados. Todas as informações, recolhidas por meio de dois questionários, foram armazenadas e processadas por computadores que forneceram, com programas especiais, listagens e estatísticas, cujos disquetes foram postos a salvo juntamente com os microfilmes. Nesse capítulo, é também explicada a constituição de um acervo separado de 10.000 documentos políticos que estavam anexados aos processos, que será de grande valia para qualquer pesquisa futura sobre o movimento sindical brasileiro, a luta dos estudantes, a história das organizações clandestinas de esquerda.

O terceiro passo do relatório é uma discussão pormenorizada dos resultados da pesquisa no campo mais estritamente jurídico, mediante comparação entre o que as leis — mesmo as leis criadas pelo Regime Militar — determinavam, e o que realmente acontecia nos inquéritos e processos judiciais. Discutida, antes, a legitimidade duvidosa das várias Leis de Segurança Nacional e demais códigos baixados pelas autoridades militares, estuda-se, nesse item, a rotina do descumprimento das leis sempre que se tratasse de agravar o arbítrio sobre os investigados.

Segue-se, então, uma impressionante sequência de transcrições de depoimentos relatando torturas, num total aproximado de 2.700 páginas datilografadas. São denúncias firmadas em juízo, com nomes de torturadores, de centros de sevícias, de presos políticos assassinados, de "desaparecidos", de infâmias sem conta. Em anexo, são arrolados os nomes dos desaparecidos; por razões compreensíveis deixamos de elencar os nomes dos torturadores citados, de todas as autoridades ligadas a tarefas policiais e judiciais de repressão, de todos os atingidos na qualidade de réus ou indiciados.

O último capítulo dedica-se à sistematização das principais — *senão das primeiras* — conclusões que se pode tirar daquele estudo, que termina como obra aberta a quantos pesquisadores queiram prossegui-la, aprofundando cada uma de suas ricas possibilidades de investigação.

Como encaixar na reportagem deste livro essa vastidão de informações?

Era preciso descobrir uma forma de transmitir a essência daqueles resultados, sem repetir a estrutura monótona de um relatório, nem angustiar os leitores com intermináveis descrições sobre as aflições da tortura. Mas se sabia, de antemão, que era impossível extrair dali uma reportagem leve, agradável, tranquilizadora. De uma história de horrores só poderia mesmo emergir um livro duro, forte, questionador.

Na sequência dos 21 capítulos que compõem esta reportagem,

procurou-se alternar os conteúdos mais impactantes, das denúncias, com passagens analíticas que mostram as origens do aparelho repressivo, sua estruturação e a relação entre torturas na fase de inquérito e o comportamento conivente das autoridades judiciárias. Dessa forma, seria evitado tanto o enfado das descrições intermináveis, quanto o erro de falar daquelas torturas e daqueles crimes como se fossem desligados de todo um sistema político construído no Brasil a partir de 1964.

Na transcrição dos depoimentos, foram conservados os erros ortográficos e gramaticais existentes no original. Só foram corrigidos os erros que, na hipótese de serem conservados, deturpassem o sentido da leitura.

OS OBJETIVOS DO PROJETO "BRASIL: NUNCA MAIS"

Desde seus primeiros passos, em agosto de 1979, até sua conclusão, em março de 1985, o Projeto de pesquisa "BRASIL: NUNCA MAIS" não tem outro objetivo que não seja o de materializar o imperativo escolhido como título da investigação: que nunca mais se repitam as violências, as ignomínias, as injustiças, as perseguições praticadas no Brasil de um passado recente.

Não é intenção do Projeto organizar um sistema de provas para apresentação em qualquer Nuremberg brasileiro. Não o anima qualquer sentido de revanche. Na busca da Justiça, o povo brasileiro nunca foi movido por sentimentos de vingança.

O que se pretende é um trabalho de impacto, no sentido de revelar à consciência nacional, com as luzes da denúncia, uma realidade obscura ainda mantida em segredo nos porões da repressão política hipertrofiada após 1964. É a observância do preceito evangélico que nos aconselha o conhecimento da verdade como pressuposto para a libertação.

Feliz coincidência, esta, do lançamento dos resultados da pesquisa num momento de esperança nacional, de superação do autoritarismo, de reelaboração das leis do país. Num momento em que se anuncia a possibilidade de convocação de uma Assembleia Constituinte que venha a construir instituições democráticas.

Que ninguém participe desse debate nacional sem tomar conhecimento sobre o conteúdo deste livro, para que se possa exigir medidas no sentido de não se repetirem esses anos de perseguição e ódio.

Que ninguém termine a leitura deste livro sem se comprometer, em juramento sagrado com a própria consciência, a engajar-se numa luta sem tréguas, num mutirão sem limites, para varrer da face da Terra a prática das torturas.

Para eliminar do seio da humanidade o flagelo das torturas, de qualquer tipo, por qualquer delito, sob qualquer razão.

São apenas esses os objetivos do PROJETO "BRASIL: NUNCA MAIS".

São Paulo, março de 1985

1ª Parte
CASTIGO CRUEL, DESUMANO E DEGRADANTE

1. Aulas de tortura: os presos-cobaias

O estudante Angelo Pezzuti da Silva, 23 anos, preso em Belo Horizonte e torturado no Rio, narrou ao Conselho de Justiça Militar de Juiz de Fora, em 1970:

> (...); que, na PE (Polícia do Exército) da GB, verificaram o interrogado e seus companheiros que as torturas são uma instituição, vez que, o interrogado foi o instrumento de demonstrações práticas desse sistema, em uma aula de que participaram mais de 100 (cem) sargentos e cujo professor era um Oficial da PE, chamado Tnt. Ayton que, nessa sala, ao tempo em que se projetavam "slides" sobre tortura, mostrava se na prática para a qual serviram o interrogado, MAURÍCIO PAIVA, AFONSO CELSO, MURILO PINTO, P. PAULO BRETÃS, e, outros presos que estavam na PE-GB, de cobaias;[1]

A denúncia é confirmada no mesmo Processo, por depoentes acima citados, como o estudante, de 25 anos, Maurício Vieira de Paiva:

> (...) que o método de torturas foi institucionalizado em nosso País e, que a prova deste fato não está na aplicação das torturas pura e simplesmente, mas, no fato de se ministrarem aulas a este respeito, sendo que, em uma delas o Interrogado e alguns dos seus companheiros, serviram de cobaias, aula esta que se realizou na PE da GB, foi ministrada para cem (100) militares das Forças Armadas, sendo seu instrutor um ten. HAYTON, daquela UM.; que, à concomitância da projeção dos "slides" sobre torturas elas eram demonstradas na prática, nos acusados, como o interrogado e seus companheiros, para toda a plateia; (...)[2]

Na mesma linha, depõe Murilo Pinto da Silva, de 22 anos:

> (...) que, quando esteve na PE-GB, o interrogado e seus companheiros serviram de cobaia a demonstrações práticas de torturas em aulas ministradas a elementos das Forças Armadas; (...)[3]

E a denúncia desse episódio foi reiterada, ainda uma vez, no depoimento judicial do estudante Júlio Antônio Bittencourt de Almeida, de 24 anos:

> (...) que durante o período em que o interrogado esteve na PE foi dado um curso sobre tortura para cerca de oitenta a cem membros para o qual os presos serviram de cobaias; Que os professores e a plateia desse curso eram de elementos das Forças Armadas; (...)[4]

De abuso cometido pelos interrogadores sobre o preso, a tortura no Brasil passou, com o Regime Militar, à condição de "método científico", incluído em currículos de formação de militares. O ensino deste método de arrancar confissões e informações não era meramente teórico. Era prático, com pessoas realmente torturadas, servindo de cobaias neste macabro aprendizado. Sabe-se que um dos primeiros a introduzir tal pragmatismo no Brasil, foi o policial norte-americano Dan Mitrione, posteriormente transferido para Montevidéu, onde acabou sequestrado e morto. Quando instrutor em Belo Horizonte, nos primeiros anos do Regime Militar, ele utilizou mendigos recolhidos nas ruas para adestrar a polícia local. Seviciados em salas de aula, aqueles pobres homens permitiam que os alunos aprendessem as várias modalidades de criar, no preso, a suprema contradição entre o corpo e o espírito, atingindo-lhe os pontos vulneráveis.[5]

A estudante Dulce Chaves Pandolfi, 24 anos, foi obrigada também a servir de cobaia no quartel da rua Barão de Mesquita, no Rio, de acordo com petição anexada aos autos, em 1970:

> (...) Na Polícia do Exército, a estudante foi submetida a espancamento inteiramente despida, bem como a choques elétricos e outros suplícios, com o "pau de arara". Depois de conduzida à cela, onde foi assistida por médico, a supte. foi, após algum tempo, novamente seviciada com requintes de crueldade numa demonstração de como deveria ser feita a tortura; (...)[6]

> Em seu depoimento na Justiça Militar, Dulce reitera a

> denúncia: ... que no dia 14 de outubro foi retirada da cela e levada onde estavam presentes mais de vinte oficiais e fizeram demonstração de tortura com a depoente; (...)[7]

O estudante Afonso Celso Lana Leite, 25 anos, preso em Minas e transferido para o Rio, denunciou ao Conselho Militar que o interrogou, em 1970, ter sido torturado em instruções ministradas a oficiais no quartel da PE e na Vila Militar:

> (...) que, no dia 8 de outubro, na P.E. l, posto de Segurança Nacional, quando era ministrada uma aula, na presença de mais de cem pessoas foram trazidos para aquela aula companheiros e, nesta ocasião, passaram filmes de fatos relacionados com torturas e em seguida era confirmada com a presença do denunciado, sendo, naquela ocasião também, torturados; ocasião esta coincidente com o seu depoimento; que estas torturas, ou seja, as acima descritas, se repetiram na Vila Militar. (...)[8]

Já o professor José Antônio Gonçalves Duarte, 24 anos, preso em Belo Horizonte, revelou em seu depoimento, prestado em 1970, ter sido seviciado inclusive por um aluno do Colégio Militar:

> (...) que foi torturado e espancado pelo Encarregado do Inquérito Cap. João Alcântara Gomes, pelo Escrivão do mesmo Inquérito, Marcelo Araújo, pelo cabo Dirceu e por um aluno do Colégio Militar cujo o nome o interrogado não sabe e por um policial da Delegacia de Furtos e Roubos, cujo nome é Pereira; que causou estranheza ao interrogado um aluno do Colégio Militar, a título de prestar estágio no IPM, participar de uma coisa infame, como a infligência de torturas a um ser humano. (...)[9]

Os torturadores não apenas se gabavam de sua sofisticada tecnologia da dor, mas também alardeavam estar em condições de exportá-la ao sistema repressivo de outros países, conforme a carta-denúncia do engenheiro Haroldo Borges Rodrigues Lima, 37 anos, datada de 12 de abril de 1977:

> (...) As torturas continuaram sistematicamente. E a essas se aliavam as ameaças de me levarem a novas e mais duras sevícias, a mim descritas minuciosamente. Diziam, com muito orgulho, que sobre o assunto já não tinham nada a dever a qualquer organização estrangeira. Ao contrário, informaram me, já estavam exportando "Know-how" a respeito. (...)[10]

2. Modos e instrumentos de tortura

Reza o artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada pelo Brasil: *Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.*

Em vinte anos de Regime Militar, este princípio foi ignorado pelas autoridades brasileiras. A pesquisa revelou quase uma centena de modos diferentes de tortura, mediante agressão física, pressão psicológica e utilização dos mais variados instrumentos, aplicados aos presos políticos brasileiros. A documentação processual recolhida revela com riqueza de detalhes essa ação criminosa exercida sob auspício do Estado. Os depoimentos aqui parcialmente transcritos demonstram os principais modos e instrumentos de tortura adotados pela repressão no Brasil.

O “pau de arara”

> (...) O pau de arara consiste numa barra de ferro que é atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo o "conjunto" colocado entre duas mesas, ficando o corpo do torturado pendurado a cerca de 20 ou 30 cm. do solo. Este método quase nunca é utilizado isoladamente, seus "complementos" normais são eletrochoques, a palmatória e o afogamento. (...)[11]

> (...) que o pau de arara era uma estrutura metálica, desmontável, (...) que era constituído de dois triângulos de tubo galvanizado em que um dos vértices possuía duas meias-luas em que eram apoiados e que, por sua vez, era introduzida debaixo de seus joelhos e entre as suas mãos que eram amarradas e levadas até os joelhos; (...)[12]

O choque elétrico

> (...) O eletrochoque é dado por um telefone de campanha do Exército que possuía dois fios longos que são ligados ao corpo, normalmente nas partes sexuais, além dos ouvidos, dentes, língua e dedos. (...)[13]

> (...) que foi conduzido às dependências do DOI-CODI, onde foi torturado nu, após tomar um banho pendurado no pau de arara, onde recebeu choques elétricos, através de um magneto, em seus órgãos genitais e por todo o corpo, (...) foi-lhe amarrado um dos terminais do magneto num dedo de seu pé e no seu pênis, onde recebeu descargas sucessivas, a ponto de cair no chão, (...)[14]

A “pimentinha" e dobradores de tensão

> (...) havia uma máquina chamada "pimentinha", na linguagem dos torturadores, a qual era constituída de uma caixa de

madeira; que no seu interior tinha um imã permanente, no campo do qual girava um rotor combinado, de cujos terminais uma escova recolhia corrente elétrica que era conduzida através de fios que iam dar nos terminais que já descreveu; que essa máquina dava uma voltagem em torno de 100 volts e de grande corrente, ou seja, em torno de 10 amperes; que detalha essa máquina porque sabe que ela é a base do princípio fundamental: do princípio de geração de eletricidade; que essa máquina era extremamente perigosa porque a corrente elétrica aumentava em função da velocidade que se imprimia ao rotor através de uma manivela; que, em seguida, essa máquina era aplicada com uma velocidade muito rápida a uma parada repentina e com um giro no sentido contrário, criando assim uma força contra eletromotriz que elevava a voltagem dos terminais em seu dobro da voltagem inicial da máquina; (...)[15]

(...) um magneto cuja característica era produzir eletricidade de baixa voltagem e alta amperagem; que, essa máquina por estar condicionada em uma caixa vermelha recebia a denominação de "pimentinha"; (...)[16]

(...) que existiam duas outras máquinas que são conhecidas, na linguagem técnica da eletrônica, como dobradores de tensão, ou seja, a partir da alimentação de um circuito eletrônico por simples pilhas de rádio se pode conseguir voltagem de 500 ou 1000 volts, mas, com correntes elétricas pequenas, como ocorreu nos cinescópios de televisão, nas bobinas de carro; que essas máquinas possuíam três botões que correspondiam a três seções, fraca, média e forte, que eram acionadas individual ou em grupo, o que, nesta dada hipótese, somavam as voltagens das três seções; (...)[17]

(...) dobradores de tensão alimentados à pilha, que, ao contrário do magneto, produzem eletricidade de alta voltagem e baixa amperagem, como as dos cinescópios de TVs; que, esta máquina produzia faísca que queimava a pele e provocava choques violentos; (...)[18]

O “afogamento”

(...) O afogamento é um dos "complementos" do pau de arara. Um pequeno tubo de borracha é introduzido na boca do torturado e passa a lançar água. (...)[19]

(...), e teve introduzido em suas narinas, na boca, uma mangueira de água corrente, a qual era obrigado a respirar cada vez que recebia uma descarga de choques elétricos; (...)[20]

(...) afogamento por meio de uma toalha molhada na boca

que constitui: quando já se está quase sem respirar, recebe um jato d'água nas narinas; (...)[21]

A "cadeira do dragão", de São Paulo

(...) sentou-se numa cadeira conhecida como cadeira do dragão, que é uma cadeira extremamente pesada, cujo assento é de zinco, e que na parte posterior tem uma proeminência para ser introduzido um dos terminais da máquina de choque chamado magneto; que, além disso, a cadeira apresentava uma travessa de madeira que empurrava as suas pernas para trás, de modo que a cada espasmo de descarga as suas pernas batessem na travessa citada, provocando ferimentos profundos; (...)[22]

(...); também recebeu choques elétricos, cadeira do "dragão" que é uma cadeira elétrica de alumínio, tudo isso visando obtenção de suas declarações. (...)[23]

(...) Despida brutalmente pelos policiais, fui sentada na "cadeira do dragão", sobre uma placa metálica, pés e mãos amarrados, fios elétricos ligados ao corpo tocando língua, ouvidos, olhos, pulsos, seios e órgãos genitais. (...)[24]

A “cadeira do dragão", do Rio

(...) o interrogado foi obrigado a se sentar em uma cadeira, tipo barbeiro, à qual foi amarrado com correias revestidas de espumas, além de outras placas de espuma que cobriam seu corpo; que amarraram seus dedos com fios elétricos, dedos dos pés e mãos, iniciando-se, também, então uma série de choques elétricos; que, ao mesmo tempo, outro torturador com um bastão elétrico dava choques entre as pernas e pênis do interrogado;[25]

(...) uma cadeira de madeira pesada com braços cobertos de zinco ou flandres, onde havia uma travessa que era utilizada para empurrar para trás as pernas dos torturados; (...)[26]

A “geladeira”

(...) que por cinco dias foi metida numa "geladeira" na polícia do Exército, da Barão de Mesquita, (...)[27]

(...) que foi colocado nu em um ambiente de temperatura baixíssima e dimensões reduzidas, onde permaneceu a maior parte dos dias que lá esteve; que nesse mesmo local havia um excesso de sons que pareciam sair do teto, muito estridentes, dando a impressão de que os ouvidos iriam arrebentar; (...)[28]

(...) que, sendo, de novo, encapuzado, foi levado para um local totalmente fechado cujas paredes eram revestidas de eucatex preto, cuja temperatura era extremamente baixa; (...) que, naquela sala ouvia sons estridentes, ensurdecedores, capaz até de produzir a loucura; (...)[29]

(...) conduzido para uma pequena sala de aproximadamente dois metros por dois metros, sem janelas, com paredes espessas, revestidas de fórmica e com um pequeno visor de vidro escuro em uma das paredes; (...) a partir desse instante, somente podia ouvir vozes que surgiam de alto falantes instalados no teto, e que passou a ser xingado por uma sucessão de palavras de baixo calão, gritadas por várias vozes diferentes, simultâneas; que, imediatamente, passou a protestar também em altos brados contra o tratamento inadmissível de que estava sendo vítima e que todos se calaram e as vozes foram substituídas por ruídos eletrônicos tão fortes e tão intensos que não escutou mais a própria voz; (...) que havia instantes que os ruídos eletrônicos eram interrompidos e que as paredes do cubículo eram batidas com muita intensidade durante muito tempo por algo semelhante a martelo ou tamanco e que em outras ocasiões o sistema de ar era desligado e permanecia assim durante muito tempo, tornando a atmosfera penosa, passando então a respirar lentamente; (...)[30]

(...) que inúmeras foram as vezes em que foi jogado a um cubículo que denominavam de "geladeira", que tinha as seguintes características: sua porta era do tipo frigorífico, medindo cerca de 2 metros por um metro e meio; suas paredes eram todas pintadas de preto, possuindo uma abertura gradeada ligada a um sistema de ar frio; que, no teto dessa sala, existia uma lâmpada fortíssima; que, ao ser fechada a porta ligavam produtores de ruídos cujo som variava do barulho de uma turbina de avião a uma estridente sirene de Fábrica; (...)[31]

Algo semelhante à "geladeira" da Polícia do Exército, à rua Barão de Mesquita, na Tijuca, Rio, era a cabine do CENIMAR, na mesma cidade:

(...) colocado em uma Cabine, local absolutamente escuro, assemelhado a uma cela surda; que, no mencionado local havia um como sistema elétrico que reproduzia sons dos mais diversos, lembrando sirenes, ruídos semelhantes a bombardeios, etc., tudo isto, com períodos intercalados de absoluto silêncio; (...)[32]

Insetos e animais

(...) havia também, em seu cubículo, a lhe fazer companhia, uma jiboia de nome "MÍRIAM"; (...)[33]

(...) que lá na P. Ex. existe uma cobra de cerca de dois metros a qual foi colocada junto com o acusado em uma sala de dois metros por duas noites; (...)[34]

(...) que, ao retornar à sala de torturas, foi colocada no chão com um jacaré sobre seu corpo nu; (...)[35]

(...) *que apesar de estar grávida na ocasião e disto ter ciência os seus torturadores (...) ficou vários dias sem qualquer alimentação;*

(...) que as pessoas que procediam os interrogatórios, soltavam cães e cobras para cima da interrogada; (...)[36]

(...) que foi transferida para o DOI da P. Ex. da B. Mesquita, onde foi submetida a torturas com choque, drogas, sevícias sexuais, exposição de cobras e baratas; que essas torturas eram efetuadas pelos próprios Oficiais; (...) [37]

(...) a interroganda quer ainda declarar que durante a primeira fase do interrogatório foram colocadas baratas sobre o seu corpo, e introduzida uma no seu ânus. (...)[38]

Produtos químicos

(...) que levou ainda um soro de Pentatotal, substância que faz a pessoa falar, em estado de sonolência; (...)[39]

(...) havendo, inclusive, sido jogada uma substância em seu rosto que entende ser ácido que a fez inchar; (...)[40]

(...) torturas constantes de choques elétricos em várias partes do corpo, inclusive, nos órgãos genitais e injeção de éter, inclusive com borrifos nos olhos, (...) que de 14 para 15 tomou uma injeção de soro da verdade "pentotal"; (...)[41]

Lesões físicas

(...) que em determinada oportunidade foi-lhe introduzido no ânus pelas autoridades policiais um objeto parecido com um limpador de garrafas; que em outra oportunidade essas mesmas autoridades determinaram que o interrogado permanecesse em pé sobre latas, posição em que vez por outra recebia além de murros, queimaduras de cigarros; que a isto as autoridades davam o nome

de Viet Nan; que o interrogado mostrou a este Conselho uma marca a altura do abdômen como tendo sido lesão que fora produzida pelas autoridades policiais (gilete); (...)[42]

(...) o interrogado sofreu espancamento com um cassetete de alumínio nas nádegas, até deixá-lo, naquele local, em carne viva, (...) o colocaram sobre duas latas abertas, que se recorda bem, eram de massa de tomates, para que ali se equilibrasse, descalço, e, toda vez em que ia perdendo o equilíbrio acionavam uma máquina que produzia choque elétricos, o que obrigava ao interrogado à recuperação do equilíbrio; (...)[43]

(...) Amarraram-no numa forquilha com as mãos para trás e começaram a bater em todo corpo e colocaram-no, durante duas horas, em pé com os pés em cima de duas latas de leite condensado e dois tições de fogo debaixo dos pés. (...)[44]

(...) obrigaram o acusado a colocar os testículos espaldados na cadeira; que Miranda e o Escrivão Holanda com à palmatória procuravam acertar os testículos do interrogado; (...) o acusado sofreu o castigo chamado "telefone", que consiste em tapas dados nos dois ouvidos ao mesmo tempo sem que a pessoa esteja esperando; que, em virtude deste castigo, o acusado passou uma série de dias sem estar ouvindo; que três dias após o acusado ao limpar o ouvido notou que este havia sangrado; (...)[45]

(...) foi o interrogado tirado do hospital, tendo sido novamente pendurado em uma grade, com os braços para cima, tendo sido lhe arrancada sua perna mecânica, colocado um capuz na cabeça, amarrado seu pênis com uma corda, para impedir a urina; (...) Que, ao chegar o interrogado à sala de investigações, foi mandado amarrar seus testículos, tendo sido arrastado pelo meio da sala e pendurado para cima, amarrado pelos testículos; (...)[46]

Outros modos e instrumentos de tortura

(...) A palmatória é uma borracha grossa, sustentada por um cabo de madeira, (...) O enforcamento é efetuado por uma pequena corda que, amarrada ao pescoço da vítima, sufoca-a progressivamente, até o desfalecimento. (...)[47]

(...) que passou dois dias nesta sala de torturas sem comer, sem beber, recebendo sal em seus olhos, boca e em todo o corpo, de modo que aumentasse a condutividade de seu corpo; (...)[48]

(...) que a estica a que se referiu, como um dos instrumentos de tortura, é composta de dois blocos de cimento

> retangulares, como argolas às quais são prendidas as mãos e os pés das pessoas ali colocadas com pulseiras de ferro, onde o interrogando foi colocado e onde sofreu espancamentos durante vários dias, ou seja, de 12 de maio a 17 do mesmo mês; (...)[49]
>
> (...) As torturas psicológicas eram intercaladas com choques elétricos e uma postura que chamavam de "Jesus Cristo": despido, em pé, os braços esticados para cima e amarrados numa travessa. Era para desarticular a musculatura e os rins, explicavam. (...)[50]
>
> (...) continuaram a torturá-lo com processos desumanos, tais como: posição Cristo Redentor, com quatro volumes de catálogo telefônico em cada mão, e na ponta dos pés, nu, com pancadas no estômago e no peito, obrigando-o a erguer-se novamente. (...)[51]
>
> (...) que várias vezes seguidas procederam à imersão da cabeça do interrogando, a boca aberta, num tambor de gasolina cheio d'água, conhecida essa modalidade como "banho chinês; (...)[52]

"Tortura chinesa" era também o nome utilizado pelos agentes do DOI-CODI de São Paulo para designar o tipo de suplício a que foi submetido outro preso político, já no final de 1976:

> (...) Com a aplicação destas descargas elétricas, meu corpo se contraia violentamente. Por inúmeras vezes a cadeira caiu no chão e eu bati com a cabeça na parede. As contrações provocavam um constante e forte atrito com a cadeira, causa dos hematomas e das feridas constatadas em meu corpo pelo laudo médico. Não contentes com este tipo de torturas, meus algozes resolveram submeter-me ao que chamavam "tortura chinesa". Deitaram-me nu e encapuçado num colchão, amarraram minhas pernas e braços e prendiam estes ao meu pescoço. Para não deixarem marcas dos choques, colocaram pequenas tiras de gaze nos meus dedos do pé. Molharam meu corpo com água, por várias vezes, para que a descarga elétrica tivesse maior efeito. Os choques se sucederam até o fim do dia (...) Durante as descargas elétricas, os torturadores faziam galhofa com a minha situação de saúde, afirmando que os choques iriam fazer-me louco ou curar a minha epilepsia (...)[53]

3. Tortura em crianças, mulheres e gestantes

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de

produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentam sobre relações efetivas de parentesco. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos.

Menores torturados

Ao depor como testemunha informante na Justiça Militar do Ceará, a camponesa Maria José de Souza Barros, de Japuara, contou, em 1973:

> (...) e ainda levaram seu filho para o mato, judiaram com o mesmo, com a finalidade de dar conta de seu marido; que o menino se chama Francisco de Souza Barros e tem a idade de nove anos; que a polícia levou o menino às cinco horas da tarde e somente voltou com ele às duas da madrugada mais ou menos; (...)[54]

A professora Maria Madalena Prata Soares, 26 anos, esposa do estudante José Carlos Novaes da Mata Machado, morto pelos órgãos de segurança, narrou ao Conselho da Auditoria Militar de Minas Gerais, em 1973:

> (...) que foi presa no dia 21.10.73, juntamente com seu filho menor Eduardo, de 4 anos de idade; que o motivo da prisão era que a interroganda desse o paradeiro de seu esposo; que, durante 3 dias, em Belo Horizonte, foi pressionada (para dizer) onde estava José Carlos, da seguinte maneira: que, se não falasse, seu filho seria jogado do 2" andar, e isso durou 3 dias, (...); que na última noite que seu filho passou consigo, já estava bastante traumatizado, pois ele não conseguia entender porque estava preso e pedia para ela, interroganda, para não dormir, para ver a hora que o soldado viria buscá-los; (...) ele não consegue entender o motivo do desaparecimento meu e de José Carlos; que o menino está traumatizado, com sentimento de abandono; (...)[55]

Ao depor no Rio, em 1969, declara o carpinteiro paranaense Milton Gaia Leite, 30 anos:

> (...) foi preso e torturado com tentativa de estupro, inclusive os seus filhos e esposa, tendo os filhos de cinco anos e sete (sido) presos, não só no Paraná, e aqui (também); (...)[56]

Em São Paulo, a estudante Iara Ackselrud de Seixas, de 23 anos, viu seu irmão menor, com evidentes sinais de torturas, ser levado à sua casa pela polícia, conforme narrou em seu depoimento, em 1972:

> (...) "alguns seres" que invadiram a casa, passando a agredi-la e aos demais, derrubando tudo, estando seu irmão, na ocasião, ensanguentado, mancando e algemado, tendo ele apenas 16 anos de idade; (...)[57]

Algumas crianças foram interrogadas, no intuito de se obter delas informações que viessem a comprometer seus pais. O ex-deputado federal Diógenes Arruda Câmara denunciou, em seu depoimento, em 1970, o que ocorreu à filha de seu companheiro de cárcere, o advogado Antônio Expedito Carvalho:

> (...) ameaçaram torturar a única filha, de nome Cristina, com dez anos de idade, na presença do pai; ainda assim, não intimidaram o advogado, mas, de qualquer maneira, foram ouvir a menor e, evidentemente, esta nada tinha para dizer, embora as ameaças feitas — inúteis, por se tratar de uma inocente que, jamais, é óbvio, poderia saber de alguma coisa. (...)[58]

Ao prenderem, em São Paulo, em 24 de junho de 1964, o publicitário José Leão de Carvalho, não pouparam seus filhos mais novos:

> (...) fazendo ameaças aos seus filhos menores, do que resultou, inclusive, a necessidade de tratamento médico-psiquiátrico no menino Sérgio, então com três anos de idade; (...)[59]

Na tentativa de fazerem falar o motorista César Augusto Teles, de 29 anos, e sua esposa, presos em São Paulo em 28 de dezembro de 1972, os agentes do DOI-CODI buscaram em casa os filhos menores deles e os levaram àquela dependência policial-militar, onde viram seus pais marcados pelas sevícias sofridas:

> (...) Na tarde desse dia, por volta das 7 horas, foram

> trazidos sequestrados, também para a OBAN, meus dois filhos, Janaina de Almeida Teles, de 5 anos, e Edson Luiz de Almeida Teles, de 4 anos, quando fomos mostrados a eles com as vestes rasgadas, sujos, pálidos, cobertos de hematomas. (...) Sofremos ameaças por algumas horas de que nossos filhos seriam molestados. (...)[60]

A companheira de César, professora Maria Amélia de Almeida Teles, também denunciou no mesmo processo:

> (...) que, inclusive, ameaçaram de tortura seus dois filhos; que torturaram seu marido também; que seu marido foi obrigado a assistir todas as torturas que fizeram consigo; que também sua irmã foi obrigada a assistir suas torturas; (...)[61]

A semelhante constrangimento foram submetidos os filhos do ferroviário aposentado João Farias de Souza, 65 anos, ao ser preso em Fortaleza, em 1964:

> (...) deveria declarar tudo quanto ele soubesse, sob pena de, se assim não o fizesse, ele (promotor) tinha autoridade para prender toda a sua família; que, no dia em que fizeram busca em sua residência, a polícia havia levado dois de seus filhos, permanecendo naquela repartição até a hora em que o interrogado voltou à sua residência. (...)[62]

Não há indícios de que seriam menores os filhos citados na denúncia acima, bem como nos seguintes casos registrados nos autos de qualificação e interrogatório, das Auditorias Militares brasileiras.

No Rio de Janeiro, consta no depoimento prestado, em 1970, pela operária Maria Eloídia Alencar, de 38 anos:

> (...) que a altas horas da noite foi levada à sua residência; que a porta foi arrombada e a depoente entrou acompanhada desses homens e, lá, foi novamente espancada; (...) que prenderam e espancaram o filho da depoente; (...)[63]

Também o radiotécnico Newton Cândido, de 40 anos, denunciou na Justiça Militar em São Paulo, em 1977:

> (...) que, em São Paulo, foi, juntamente com sua

esposa e filhos, torturado; (...)[64]

Os arquivos processuais das Auditorias Militares registram outros casos de sevícias envolvendo relações de parentesco, como o do advogado José Afonso de Alencar, de 28 anos, conforme seu depoimento à Justiça Militar de Minas, em 1970:

> (...) que a esposa de Carlos Melgaço foi trazida para ver os espancamentos sofridos pelo interrogado, Melgaço, Ênio, Mário e Ricardo, sendo de notar que a esposa de Melgaço, diante de tais cenas, desmaiou algumas vezes; (...)[65]

O mesmo ocorreu com o estudante Luiz Artur Toribio, 22 anos, quando preso em São Paulo, em 1972:

> (...) Como se isso não bastasse, foi torturado na frente de sua namorada, Lúcia Maria Lopes de Miranda e, ela, torturada em sua presença. (...)[66]

Em Fortaleza, consta, no depoimento prestado em 1972 pelo estudante José Calistrato Cardoso Filho, 29 anos:

> (...) Que foi levado a assinar referidas declarações por ter sofrido torturas e maus-tratos, aplicados não apenas na pessoa do interrogando, como também à noiva do interrogando e às irmãs destes; (...)[67]

Mulheres torturadas

O sistema repressivo não fez distinção entre homens e mulheres. O que variou foi a forma de tortura. Além das naturais diferenças sexuais da mulher, uma eventual gravidez a torna especialmente vulnerável. Por serem do sexo masculino, os torturadores fizeram da sexualidade feminina objeto especial de suas taras.

A engenheira Elsa Maria Pereira Lianza, de 25 anos, presa no Rio, narrou em seu depoimento, em 1977:

> (...) que a interrogada foi submetida a choques elétricos em vários lugares do corpo, inclusive nos braços, nas pernas e na vagina; que o marido da interrogada teve oportunidade de presenciar essas cenas relacionadas com choques elétricos e os torturadores amplificavam os gritos da

> interrogada, para que os mesmos fossem ouvidos pelo seu marido; (...)[68]

A bancária Inês Etienne Romeu, 29 anos, denunciou:

> (...) A qualquer hora do dia ou da noite sofria agressões físicas e morais. "Márcio" invadia minha cela para "examinar" meu ânus e verificar se "Camarão" havia praticado sodomia comigo. Este mesmo "Márcio" obrigou me a segurar o seu pênis, enquanto se contorcia obscenamente. Durante este período fui estuprada duas vezes por "Camarão" e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidade, os mais grosseiros. (...)[69]

Maria do Socorro Diógenes, de 29 anos, e Pedro, sofreram vexames sexuais como forma de tortura, segundo denúncia dela à Justiça Militar do Rio, em 1972:

> (...) que, de outra feita, a interrogada, juntamente com o acusado neste processo por nome de Pedro, receberam aplicação de choques, procedidos pelos policiais, obrigando a interrogada a tocar os órgãos genitais de Pedro para que, dessa forma, recebesse a descarga elétrica; (...)[70]

Violentada no cárcere, a estudante de Medicina Maria de Fátima Martins Pereira, 23 anos, contou, no Rio, ao Conselho de Justiça, em 1977:

> (...) que, um dia, irromperam na "geladeira", ela supõe que cinco homens, que a obrigaram a deitar-se, cada um deles a segurando de braços e pernas abertas; que, enquanto isso, um outro tentava introduzir um objeto de madeira em seu órgão genital; (...)[71]

Em Minas Gerais o mesmo se deu com a professora Maria Mendes Barbosa, de 28 anos, segundo seu depoimento, em 1970:

> (...) nua, foi obrigada a desfilar na presença de todos, desta ou daquela forma, havendo, ao mesmo tempo, o capitão PORTELA, nessa oportunidade, beliscado os mamilos da interrogada até quase produzir sangue; que, além disso, a interrogada foi, através de um cassetete, tentada a violação de seu órgão genital; que ainda, naquela oportunidade, os seus torturadores faziam a autopromoção de suas possibilidades na satisfação de uma mulher, para a

> interrogada, e depois fizeram uma espécie de sorteio para que ela, interrogada, escolhesse um deles. (...)[72]

No Rio, a funcionária pública Maria Auxiliadora Lara Barcelos, de 25 anos, narrou, em 1970, como a forçaram a atos degradantes com outros prisioneiros políticos:

> (...) que nesta sala foram tirando aos poucos sua roupa;
>
> (...) que um policial, entre calões proferidos por outros policiais, ficou à sua frente, traduzindo atos de relação sexual que manteria com a declarante, ao mesmo tempo em que tocava o seu corpo, tendo esta prática perdurado por duas horas; que o policial profanava os seus seios e, usando uma tesoura, fazia como iniciar seccioná los; (...) que, na polícia do Exército, os três presos foram colocados numa sala, sem roupas; que, inicialmente, chamaram Chael e fizeram-no beijar a declarante toda e, em seguida, chamaram Antônio Roberto para repetir esta prática, (...) o cabo Nilson Pereira insistia para que a declarante o fitasse, sem o que não lhe entregaria a refeição, (...)[73]

Em 1973, no Rio, o tribunal militar ouviu da revisora gráfica Maria da Conceição Chaves Fernandes, de 19 anos:

> (...) sofreu violências sexuais na presença e na ausência do marido; (...)[74]

Gravidez e abortos

Para as forças repressivas, as razões de Estado predominavam sobre o direito à vida. Muitas mulheres que, nas prisões brasileiras, tiveram sua sexualidade conspurcada e os frutos do ventre arrancados, certamente preferiram calar-se, para que a vergonha suportada não caísse em domínio público. Hoje, no anonimato de um passado marcante, elas guardam em sigilo os vexames e as violações sofridas. No entanto, outras optaram por denunciar na Justiça Militar o que padeceram, ou tiveram seus casos relatados por maridos e companheiros.

O auxiliar administrativo José Ayres Lopes, 27 anos, preso no Rio, declarou, em 1972:

> (...) que, por vezes, foram feitas chantagem com o depoente em relação à gravidez de sua esposa, para que o depoente admitisse as declarações, sob pena de colocar sua

esposa em risco de aborto e, consequentemente, de vida; (...)[75]

Idêntica situação enfrentou, também no Rio e no mesmo ano, o estudante José Luiz de Araújo Saboya, de 23 anos:

> (...) que durante o período em que esteve no DOPS, em seguida no CODI, a sua esposa se encontrava em estado de gestação e permaneceu detida como elemento de coação moral sobre o interrogando; (...)[76]

No Recife, o Conselho de Justiça ouviu, em 1970, este depoimento da estudante Helena Moreira Serra Azul, de 22 anos:

> (...) que o marido da interrogada ficou na sala já referida e ela ouviu, do lado de fora, barulho de pancadas; que, posteriormente, foi reconduzida à sala onde estava o seu marido, que se apresentava com as mãos inchadas, a face avermelhada, a coxa tremendo e com as costas sem poder encostar na cadeira; que o Dr. Moacir Sales, dirigindo-se à interrogada, disse que, se ela não falasse, ia acontecer o mesmo com ela; (...) na Delegacia, todos já sabiam que a interrogada estava em estado de gestação; (...)[77]

Também no Recife, a mesma ameaça sofreu a vendedora Helena Mota Quintela, de 28 anos, conforme denunciou, em 1972:

> (...) que foi ameaçada de ter o seu filho "arrancado à ponta de faca"; (...)[78]

Em Brasília, a estudante Hecilda Mary Veiga Ponteies de Lima, de 25 anos, revelou, em 1972, como ocorreu o nascimento de seu filho, sob coação psicológica e com acentuados reflexos somáticos:

> (...) ao saber que a interrogada estava grávida, disse que o filho dessa raça não devia nascer; (...) que a 17.10 foi levada para prestar outro depoimento no CODI, mas foi suspenso e, no dia seguinte, por estar passando mal, foi transportada para o Hospital de Brasília; que chegou a ler o prontuário, por distração da enfermeira, constando do mesmo que foi internada em estado de profunda angústia e ameaça de parto prematuro; que a 20.2.72 deu à luz é (24 horas após o parto, disseram-lhe que ia voltar para o PIC; (...)[79]

A mera coação psicológica é suficiente para provocar o aborto, como

aconteceu à estudante de Médicina Maria José da Conceição Doyle, de 23 anos, também em Brasília, em 1971:

> (...) que a interroganda estava grávida de 2 meses e perdeu a criança na prisão, embora não tenha sido torturada, mas sofreu ameaças; (...)[80]

O mesmo deu-se em São Paulo com a professora Maria Madalena Prata Soares, de 26 anos, conforme seu depoimento prestado em 1974:

> (...) que, durante sua prisão em Minas, foi constatado que estava grávida e, em dia que não se recorda, abortou na OBAN; (...)[81]

Outras mulheres abortaram em consequência das torturas físicas sofridas, como foi o caso da secretária Maria Cristina Uslenghi Rizzi, de 27 anos, que, em 1972, denunciou à Justiça Militar de São Paulo:

> (...) sofreu sevícias, tendo, inclusive, um aborto provocado que lhe causou grande hemorragia, (...)[82]

Em 1970, no Rio, a professora Olga D'Arc Pimentel, de 22 anos, fez constar de seu depoimento:

> (...) sevícias, as quais tiveram, como resultado, um aborto; que presenciou, também, as sevícias praticadas em seu marido. (...)[83]

O professor Luiz Andréa Favero, de 26 anos, preso em Foz do Iguaçu, declarou na Auditoria Militar de Curitiba, em 1970, o que ocorrera a sua esposa:

> (...) o interrogando ouviu os gritos de sua esposa e, ao pedir aos policiais que não a maltratassem, uma vez que a mesma se encontrava grávida, obteve como resposta uma risada; (...) que ainda, neste mesmo dia, teve o interrogando notícia de que sua esposa sofrera uma hemorragia, constatando-se posteriormente, que a mesma sofrera um aborto; (...)[84]

Também em 1970, em seu depoimento no Rio, a estudante Regina Maria Toscano Farah, de 23 anos, contou:

> (...) que molharam o seu corpo, aplicando

> consequentemente choques elétricos em todo o seu corpo, inclusive na vagina; que a declarante se achava operada de fissura anal, que provocou hemorragia; que se achava grávida, semelhantes sevícias lhe provocaram aborto; (...)[85]

2ª Parte
O SISTEMA REPRESSIVO
4. A origem do Regime Militar

O que se deu com o Brasil, para que em seu território acontecessem cenas de tamanha crueldade como as narradas nesses três primeiros atos desta reportagem? Esse ódio desumano seria resultado, tão-somente, de umas poucas mentalidades dementes, por acaso trabalhando nos órgãos oficiais de repressão política?

Na verdade, embora a tortura seja instituição muito antiga no país e no mundo todo, ela ocupou, no Brasil, a condição de instrumento rotineiro nos interrogatórios sobre atividades de oposição ao regime, especialmente a partir de 1964.

Após aquele ano, sua aplicação sobre opositores políticos não foi um elemento ocasional, nem esteve desligada de toda uma estrutura de poder hipertrofiada com o cimento do autoritarismo. Se a tortura pôde se transformar em fato cotidiano da vida nacional, é porque todas as estruturas do Estado passavam por um processo correspondente de endurecimento e exclusão do direito de participar. Ergueu-se, no país, todo um poderoso sistema de repressão e controle, que precisa ser conhecido a partir de seus antecedentes mais remotos.

Quando, em abril de 1964, os militares derrubaram o presidente João Goulart e ocuparam o poder, na verdade estavam dando sequência a uma longa tradição intervencionista que remonta aos séculos anteriores da nossa história. Ainda antes da Proclamação da República e durante a época escravista registraram-se inúmeros episódios de participação dos militares na repressão contra lutas populares.

A imagem do brasileiro conformado, acomodado, submisso, que sempre se procurou vender, não corresponde ao registro da história. Já no período monárquico ocorreram inúmeros episódios de levantes populares em defesa da soberania nacional e contra a opressão política: a Confederação do Equador, movimento iniciado em Pernambuco, em 1824, liderada pelo Frei Caneca, que terminou executado; a Cabanagem, no Pará, de 1835 e 1840, onde a repressão acarretou a morte de metade da população da província; a Guerra dos Farrapos, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, iniciada em 1835 e só sufocada dez anos depois; a Sabinada, na Bahia,

em 1837 e 1838; a Balaiada, no Maranhão, de 1838 a 1841; a Revolta Liberal ocorrida nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, em 1842; e também a Revolução Praieira, de Pernambuco, em 1848. Para combatê-las foi criada, em 1831, a Guarda Nacional, uma força auxiliar do Exército, que ficou muito ligada aos grandes proprietários de terra. À Guarda Nacional competia a repressão a opositores internos, enquanto que ao Exército deveria caber a defesa contra agressões externas.

Acompanhando a debilitação relativa dos velhos proprietários rurais frente à ascensão da burguesia nascente, a Guarda Nacional começou a entrar em declínio no final do século passado. A guerra contra o Paraguai (1864-1870) colocou em primeiro plano o Exército. A partir daí, além de competir com a Guarda Nacional como força organizada, o Exército começou a intervir abertamente em questões políticas. O fato de rivalizar com a Guarda Nacional, que defendia os interesses mais retrógrados da sociedade, deu ao Exército uma imagem de identificação, durante certo período, com algumas lutas de caráter progressista.

O marco mais importante dessa fase de alinhamento do Exército com o espírito progressista, foi a sua participação decisiva na derrubada do imperador D. Pedro II para implantar o sistema republicano no país. Com efeito, os militares foram os autores direto da deposição do imperador e chamaram para si — primeiro na figura de Deodoro da Fonseca e, depois, na de Floriano Peixoto — as tarefas da presidência da República. Mas o desempenho de determinados papéis progressistas nesse período não retira do Exército seu caráter de força repressiva, que se fazia presente desde os primeiros momentos. Fica evidente a coexistência de dois impulsos aparentemente antagônicos: o Exército era um instrumento rebelde, progressista frente às oligarquias monarquistas e, ao mesmo tempo, repressivo, impiedoso frente às camadas mais pobres, que se levantavam em descontentamento na luta contra o poder central.

Nessa primeira fase da vida republicana, os dois episódios mais marcantes da ação repressiva do Exército contra tais grupos foram Canudos (1897) e o Contestado (1912), surtos messiânicos gerados pelas duras condições de vida das populações camponesas. Depois de 1922 — e num crescendo que atingiu seu clímax em 1930 — o Exército foi sacudido internamente por choques entre os diferentes segmentos e patentes de que é formado.

Aos generais e altos oficiais comprometidos com o esquema corrupto de poder político dos grandes fazendeiros — subornos, fraudes, negociatas — opuseram-se setores das bases militares, sob o comando dos tenentes. Sucedem-se levantes tenentistas (1922 e 1924) e a epopeia da Coluna Prestes (1924 a 1927), que empunharam bandeiras simpáticas às classes médias urbanas: moralidade pública, democratização do voto e dignidade nacional.

Sem jamais estender seu braço para o movimento operário, que crescia significativamente desde o início do século, o movimento tenentista empolgou o país até 1930. Neste ano, setores dissidentes das oligarquias rurais, galvanizando toda a agitação tenentista dos anos 20, criaram a Aliança Liberal, que lança Getúlio Vargas para a presidência da República, rejeita a fraude eleitoral e impõe, pelas armas, seu empossamento. Mas a mudança no perfil do Estado não é tão profunda. O novo governo é formado a partir de uma aliança entre a velha oligarquia rural e os setores industriais emergentes. O aparelho militar, agora reunido em torno de Getúlio Vargas, se torna o principal instrumento de consolidação do novo pacto entre os dois grandes detentores do poder.

Essa aliança entre os revolucionários de 30 e a oligarquia contra a qual aparentemente fora feita a revolução provoca uma incompatibilização de Getúlio Vargas com os setores mais autênticos do tenentismo. A contradição vivida pelo novo regime leva à formação, em janeiro de 1935, da Aliança Nacional Libertadora (ANL), agrupando comunistas, que haviam atingido certo crescimento na década de 20, e muitos políticos nacionalistas em torno de um programa que fala em Reforma Agrária, independência e melhor distribuição de renda. Em poucos meses, a ANL ganhou ruas e quartéis, num crescimento vertiginoso de comícios e manifestações, até ser proibida por Getúlio Vargas.

Na conjuntura que se seguiu, o Exército teve seu batismo de fogo como força anticomunista, a partir de um levante desencadeado pelo Partido Comunista, em novembro de 1935. A insurreição limitou-se aos quartéis e foi prontamente sufocada. Mas o episódio é mantido até hoje na memória das Forças Armadas como pira permanente em torno da qual se celebram as solenidades anuais de reafirmação dos ideais sagrados de combate ao comunismo, pedra angular da ideologia assumida pelo Estado após 1964. A violência da repressão que se seguiu, e sua longa duração, revelam que não se tratava simplesmente de castigar os revoltosos da chamada "Intentona Comunista". Mais do que isso: as elites representadas no Governo sentiram chegada a hora de, aproveitando o pretexto, golpear
as conquistas democráticas preparadas pelas lutas tenentistas e legitimadas pela Revolução de 30.

Com tal ânimo repressivo, a alta hierarquia das Forças Armadas agrupou-se em torno de Getúlio Vargas para instaurar a ditadura sem máscaras, sob o nome de Estado Novo, em 1937. A deflagração da Segunda Guerra Mundial acirrou a corrida das potências em busca de aliados — e o Brasil era uma peça estratégica no Atlântico Sul. No início, as vitórias nazistas foram comemoradas festivamente na cúpula das Forças Armadas brasileiras. A situação internacional se refletia no plano interno da política brasileira e os militares se dividiam. Assim é que a repressão começa a se abrandar a partir do momento em que a situação da guerra pende para as

forças aliadas.

Mesmo diminutas e incipientes, as conquistas nacionalistas que o Estado Novo trouxera feriam interesses norte-americanos. Setores afinados com os Estados Unidos passam a conspirar para a deposição de Getúlio, contando, para isso, com os mesmos militares que comandaram toda a repressão durante a ditadura. Vargas é deposto logo após o fim da guerra, em outubro de 45, num Golpe de Estado comandado pelo General Gois Monteiro.

O intervalo 1946-1964 representa uma etapa de desenvolvimento econômico e mudanças sociais que gerariam a necessidade de modificações profundas no edifício social brasileiro, fosse num sentido nacionalista e democrático, fosse no sentido do autoritarismo militar de coloração fascista.

Depois de um breve período de liberdades democráticas, já em 47 o presidente eleito, Marechal Eurico Gaspar Dutra, comanda uma forte guinada à direita na cena política. O alinhamento ideológico entre os militares brasileiros e norte-americanos inspirou os rumos da política nacional durante o governo Dutra: um governo pró-Estados Unidos, rigidamente antipopular e autoritário.

O que restara de franquias democráticas foi suficiente, no entanto, para ensejar a vitória de Getúlio Vargas na eleição seguinte. Capitalizando todo o descontentamento crescente em relação a Dutra, Getúlio volta ao poder, pelas urnas, sob a bandeira nacionalista. Mas os interesses norte americanos já tinham cravado em solo brasileiro uma pesada âncora, de remoção difícil.

O embrião do Golpe de Estado de abril de 1964 começava a tomar corpo. O equilibrismo ambíguo do governo constitucional de Vargas, de 1950 a 1954, terminou por lhe ser fatal, pois nem se amoldava aos interesses dos monopólios estrangeiros, que crescentemente avassalavam a economia brasileira, nem ousava estimular abertamente a participação popular para impor medidas nacionalizantes. Assim, os planos para depô lo novamente já se encontravam em pleno andamento, comandados por chefes militares, quando foram travados pelo gesto dramático do seu suicídio, no dia 24 de agosto de 1954. O ato inesperado desencadeou enérgicas manifestações populares em todo o país, dirigidas contra símbolos da presença do capital norte-americano no Brasil. A indignação popular amedrontou a direita militar, que se viu obrigada a interromper sua conspiração e aguardar nova oportunidade.

Até janeiro de 1956, quando foi empossado o novo presidente eleito, Juscelino Kubitschek, o país viveu momentos igualmente conturbados por novas tentativas dos mesmos setores direitistas. Desta vez, esbarraram na resistência de grupos nacionalistas das próprias Forças Armadas, detentores de importantes postos neste período, como o Ministério da Guerra, ocupado pelo general Henrique Teixeira Lott. Os golpistas foram obrigados a recuar

mais uma vez para a fase de preparativos, agora reunidos em torno da Escola Superior de Guerra, que, fundada em 1949, vinha estruturando toda uma ideologia chamada Doutrina de Segurança Nacional.

Terminado o mandato de Kubitschek, foi eleito Jânio Quadros, fenômeno populista de rapidíssima ascensão. Seu curto período de governo, autoritário no plano interno e aberto em termos de política internacional, foi truncado por uma renúncia, no dia 25 de agosto de 1961, que até hoje não está inteiramente decifrada pelos historiadores. A crise institucional que se seguiu representou o último ato dos preparativos para a ruptura de 1964.

Apontado como radical pela alta hierarquia das Forças Armadas, o vice-presidente João Goulart, principal herdeiro do nacionalismo getulista da década de 50, teve seu nome impugnado pelos três ministros militares. Contra esse veto, levantou-se uma ampla mobilização popular em todo o país. A reação mais enérgica partiu do Rio Grande do Sul, onde o governador Leonel Brizola comandou uma forte pressão, nas ruas, para que fosse assegurada a posse de Goulart. Receosos da guerra civil que se esboçava, os militares novamente recuaram, impondo, no entanto, o estabelecimento do sistema parlamentarista de governo, que retirava poderes do presidente.

Os anos de 1962, 1963 e 1964 foram marcados pelo rápido crescimento das lutas populares. A aceleração da luta por reformas estruturais ocorreu a partir do momento em que Goulart conseguiu, por meio de um plebiscito que lhe deu esmagadora maioria, derrubar o parlamentarismo impingido pelos militares. Os trabalhadores sindicalizados, em que pesem debilidades evidentes na sua organização de base, tinham desenvolvido uma ampla capacidade de mobilização, com a incorporação de um número cada vez maior de sindicatos às lutas pró "Reformas de Base" propostas por Goulart.

Ao arrepio da estrutura sindical que a lei impunha desde Getúlio, passaram ao desafio de criar uma central sindical com o nome de Comando Geral dos Trabalhadores. Esse CGT foi recebido pela direita afastada do governo como um espantalho que comprovava a iminência da revolução comunista no Brasil.

É um período de forte inflação, mas os trabalhadores conseguem, regra geral, reajustes salariais equivalentes ao aumento do custo de vida. No campo, são criadas as Ligas Camponesas, que atingem, em 1964, um total de 2181, espalhadas por 20 Estados. Proliferam as lutas rurais que, de modo semelhante ao ocorrido nas cidades, causam pânico entre os fazendeiros conservadores, dispostos a tudo para impedir a Reforma Agrária.

Estudantes, artistas e numerosos setores das classes médias urbanas vão engrossando as lutas por modificações nacionalistas, por uma nova estrutura educacional, pela Reforma Agrária e pela contenção da remessa de lucros. Também no âmbito parlamentar, estrutura-se uma frente nacionalista

que faz crescer a pressão no sentido das reformas.

Antes, porém, que todo esse clima de efervescência ameaçasse de verdade o poderio das elites alarmadas, o esquema golpista, agora estimulado abertamente pela CIA, a agência central de inteligência dos Estados Unidos, lança-se aos preparativos finais para o desenlace.

A elevada inflação da época e a instabilidade do quadro político favoreciam a pregação da direita, junto às classes médias, em favor de mudanças profundas que trouxessem um governo forte. A inflação pulava de 30%, em 1960, para 74%, em 1963. No Congresso, João Goulart sofria forte oposição que o impedia de executar o Plano Trienal do ministro do Planejamento, Celso Furtado, propondo crescimento de 7% ao ano e a redução da taxa de inflação para 10%.

Além de tudo, havia o problema da evasão de divisas: só nos primeiros meses de 64, mais de 2 bilhões de dólares foram remetidos para bancos estrangeiros. O problema da balança comercial se agravava com a suspensão, pelo governo norte-americano, de qualquer auxílio ao Brasil (exceção feita à ajuda fornecida diretamente a governadores adversários de Goulart, especialmente Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro, Adhemar de Barros, em São Paulo, e Magalhães Pinto, em Minas Gerais).

A disposição de ajuda dos norte-americanos representou o último sinal para que os generais interessados em derrubar o presidente passassem à ação. São evidências dessa ajuda as armas oferecidas pelo então coronel Vernon Walters (mais tarde um dos chefes da CIA) ao general Carlos Guedes, que seria um dos deflagradores do golpe, e o financiamento de entidades como o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), que se voltavam para uma opulenta propaganda antigovernamental em todo o país.

O clímax político da crise foi atingido nos primeiros meses de 1964, quando o movimento pelas reformas revela ter penetrado também nas bases militares. Já em setembro de 1963, havia ocorrido a Revolta dos Sargentos, em Brasília, e desde 1962 tomava corpo a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Os generais também usam, a partir daí, o pretexto da disciplina hierárquica para enfraquecer Goulart, impondo-lhe recuos. Repete-se a mesma história de Getúlio em 1954: o presidente permanece numa linha equilibrista, incapaz de impedir o avanço da direita mediante um chamado ao povo para a defesa da legalidade, e incapaz de satisfazer os militares irritados.

De crise em crise, chega-se ao comício de 13 de março, quando uma concentração de mais de 200 mil pessoas, em frente à estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio, comandada por Goulart, na presença de todo seu ministério e vários governadores, aclama algumas das Reformas de Base assinadas ali pelo presidente. Tal comício era uma demonstração de força realizada como tentativa de paralisar a sedição, já em público

andamento. É um momento muito forte, mas que não deixa saldo organizativo para um enfrentamento concreto. E leva os generais a marcarem data para a ação.

Praticamente toda a classe média e setores importantes dos trabalhadores rurais e urbanos estavam ganhos pela propaganda anticomunista. Seus principais veículos foram os organismos financiados pelos Estados Unidos, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e a Igreja Católica, especialmente sua hierarquia, que se une à agitação contra o governo, amparada pela grande imprensa, e enseja as célebres "marchas da família, com Deus, pela liberdade".

Nos últimos dias de março, o estopim é aceso quando do "levante" dos marinheiros e fuzileiros navais reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio.

Em 1º de abril de 1964, é vitoriosa a ação golpista, praticamente sem resistência. Era evidente que todo aquele movimento nacionalista e popular, estruturado em bases essencialmente legais, não tinha condições de enfrentar a força das armas. A gestação chega ao final e o Brasil entra numa fase de profundas transformações.

5. A consolidação do Estado Autoritário

A ruptura de abril de 1964 resultou no arquivamento das propostas nacionalistas de desenvolvimento através das Reformas de Base. A partir daí, foi implantado um modelo econômico que, alterado periodicamente em questões de importância secundária, revelou uma essência que pode ser resumida em duas frases: concentração da renda e desnacionalização da economia.

A índole concentradora do modelo pode ser aferida a partir de diversos indicadores: política salarial, política tributária, política fundiária, política de investimentos, etc. A desnacionalização implicou na abertura de todas as portas para o capital estrangeiro: estímulo creditício e fiscal para implantação de multinacionais no Brasil, facilitação da remessa de lucros e vistas grossas diante das fraudes para burlar os controles legais, permissão para compra de terras por grupos estrangeiros, e endividamento externo.

A monopolização da economia e a imposição de um modelo concentrador de renda e achatador de salários foram as raízes, no campo econômico, de toda uma série de medidas autoritárias e repressivas que os governos adotariam a partir de 1964.

A política de salários introduzida procurava, acima de tudo, propiciar condições atraentes para os investidores estrangeiros e rentabilidade para o grande capital nacional. O achatamento salarial observado nos anos do Regime Militar não teve precedentes da história do país e funcionou como

viga mestra do crescimento capitalista vivido nos anos do passageiro "milagre brasileiro". Esse arrocho foi, ao mesmo tempo, o principal responsável pela forte deterioração das condições de vida do povo brasileiro: fome, favelas, enfermidades, marginalidade, avançaram em números expressivos.

Para a aplicação desse modelo econômico, foi necessário alterar a estrutura jurídica do país, reforçar o aparato de repressão e controle, modificar radicalmente o sistema de relação entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Em outras palavras: foi necessário montar um Estado cada vez mais forte, apesar de se manterem alguns disfarces da normalidade democrática.

No momento mesmo da deposição de Goulart, procurou-se apresentar a sucessão não como o que ela foi de fato — a derrubada de um mandatário eleito pelo povo e sua substituição por um general indicado pelas Forças Armadas — e sim como uma "eleição indireta", levada a cabo pelo Legislativo.

O Ato Institucional de 9 de abril, que deveria ser único e acabou sendo o primeiro de uma série, editado seis dias antes da posse do general Castello Branco, deixou bem claro: "A Revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma". Quando se encerrou, a 11 de junho de 1964, o prazo que o primeiro Ato havia estabelecido para as cassações, o balanço inicial foi de 378 atingidos: três ex-presidentes da República (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart); seis governadores de Estado; dois senadores; 63 deputados federais e mais de três centenas de deputados estaduais e vereadores. Foram reformados compulsoriamente 77 oficiais do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica. Aproximadamente dez mil funcionários públicos foram demitidos e abriram-se cinco mil investigações, atingindo mais de 40 mil pessoas. Castello Branco criou a Comissão Geral de Investigações (CGL) — para coordenar as atividades dos inquéritos policiais militares, que começavam a ser instaurados em todo o país. Foi implantado, em junho, o Serviço Nacional de Informações, cujo poder misterioso cresceria sem interrupção nos anos seguintes.

A ditadura foi tomando corpo. Ao ser derrotado nas eleições estaduais em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, o governo edita o Ato Institucional nº 2, em outubro de 1965, que acaba com todos os partidos políticos e permite ao Executivo fechar o Congresso Nacional quando bem entender; torna indiretas as eleições para presidente da República e estende aos civis a abrangência da Justiça Militar. "Não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará", afirma-se na introdução do AI-2.

Na prática, só poderão existir, daí para a frente, dois partidos políticos: um governista e outro da oposição consentida. São criados a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), este último encarregado de fazer oposição, mas sem contestar o

regime. Pelo Ato Institucional nº 3, de fevereiro de 1966, também as eleições para governadores dos Estados são tornadas indiretas.

O ano de 1966 transcorre marcado por disputa nos quartéis —agora transformados no Colégio Eleitoral de fato — em torno da sucessão de Castello Branco. Vence a chamada "linha dura", com o nome do general Costa e Silva, ministro da Guerra, que será facilmente referendado por um Congresso que, no mesmo ano, sofre mais seis cassações, nova decretação de recesso e cerco por tropas militares. Com a posse de Costa e Silva, em março de 1967, o Brasil ganha uma nova Constituição, uma nova Lei de Segurança Nacional e uma Lei de Imprensa, que chega a estabelecer a infalibilidade do presidente da República e de alguns altos mandatários do regime.

Devagar a oposição ao regime vai readquirindo força no âmbito das ruas, das fábricas e das escolas, apesar de toda a repressão. Em março de 1968, no Rio, a polícia intervém contra uma manifestação de estudantes e mata o secundarista Edson Luís, de 18 anos. Como um rastilho de pólvora, espalham-se por todo o país manifestações públicas de protesto. Também as lutas operárias ressurgem com alguma vitalidade. Crescem o enfrentamento e as denúncias contra o Regime Militar, tendo as classes médias urbanas ocupado a frente das movimentações.

Os três fatores utilizados como pretexto pelas Forças Armadas, para desencadearem nova escalada repressiva com o Ato Institucional n9 5, foram: as denúncias sustentadas dentro do próprio partido de oposição criado pelo regime, o crescimento das manifestações de rua e o surgimento de grupos de oposição armada, que justificavam sua decisão com o argumento de que os canais institucionais seriam incapazes de fazer frente ao poder ditatorial.

Costa e Silva baixa o AI-5 no dia 13 de dezembro de 1968. A gota d'água foi um discurso do deputado federal Márcio Moreira Alves, considerado ofensivo às Forças Armadas. Ao contrário dos atos anteriores, no entanto, o AI-5 não vinha com vigência de prazo. Era a ditadura sem disfarces. O Congresso é colocado em recesso, assim como seis assembleias legislativas estaduais e dezenas de câmaras de vereadores em todo o país. Mais 69 parlamentares são cassados, assim como o ex governador carioca Carlos Lacerda, que fora um dos três principais articuladores civis do golpe militar, ao lado do ex-governador paulista Adhemar de Barros, já cassado antes, em 1966, e do governante mineiro Magalhães Pinto, que sobreviveu às punições.

O resultado de todo esse arsenal de Atos, decretos, cassações e proibições foi a paralisação quase completa do movimento popular de denúncia, resistência e reivindicação, restando praticamente uma única forma de oposição: a clandestina.

Em agosto de 1969, ocorre o episódio obscuro da enfermidade que

afastou Costa e Silva da presidência e ensejou um "Golpe Branco" desfechado pelos três ministros militares ao impedirem a posse do vice presidente civil, Pedro Aleixo.

Constata-se um círculo vicioso: a resistência armada intensifica suas ações e parte para os sequestros, exigindo em troca a libertação de presos políticos; a Junta Militar, por sua vez, adota as penas de morte e banimento, tornando mais duras as punições previstas na Lei de Segurança Nacional (Decreto-lei nº 898), além de outorgar uma Constituição mais autoritária, que é batizada de Emenda Constitucional nº 1. O Congresso Nacional é reaberto apenas para referendar o nome do general Emílio Garrastazu Médici, indicado para a presidência da República, após uma luta surda nos quartéis.

Sob o lema "Segurança e Desenvolvimento", Médici dá início, em 30 de outubro de 1969, ao governo que representará o período mais absoluto de repressão, violência e supressão das liberdades civis de nossa história republicana. Desenvolve-se um aparato de "órgãos de segurança", com características de poder autônomo, que levará aos cárceres políticos milhares de cidadãos, transformando a tortura e o assassinato numa rotina.

De outro lado, o país vive a fase do "milagre econômico", dos projetos de impacto e das obras faraônicas, como a ponte Rio-Niterói e a rodovia Transamazônica, num clima de ufanismo insuflado pela propaganda oficial, com a imprensa amordaçada pela censura. A inoperância da atividade partidária legal traz, como resultado, o desinteresse popular pelas eleições que ocorrem no período. Nas eleições de novembro de 1970 para a renovação do Congresso Nacional, por exemplo, a soma das abstenções, votos brancos e nulos atinge a 46% do total de eleitores inscritos.

Até o final do mandato de Médici, seguirá crescendo a imagem do Brasil no Exterior como um país de torturas, perseguições, exílios e cassações.

A Igreja, que apoiara a deposição de João Goulart, passa por profundas transformações e começa a enfrentar dificuldades crescentes nas suas relações com o Estado, tornando-se também vítima dos atos repressivos: há prisões de sacerdotes e freiras, torturas, assassinatos, cerco a conventos, invasões de templos, vigilância contra bispos. Os órgãos de segurança, sem respeitar limites da dignidade da pessoa humana, conseguem importantes vitórias na luta contra as organizações de luta" política clandestina. Todos os resultados colhidos na pesquisa BNM confirmam as denúncias formuladas no período Médici, por entidades de Direitos Humanos, a respeito de torturas, assassinatos de opositores políticos, desaparecimentos, invasões de domicílio, completo desrespeito aos direitos do cidadão e inobservância da própria legislação criada pelo regime. É nesse período que a pesquisa constatou os mais elevados índices de torturas, condenações e mortes.

O segundo semestre de 1973 começou a mostrar sinais da falência do "milagre" — quadro que seria agravado com a eclosão da crise do petróleo. Os quartéis escolhem então o general Ernesto Geisel para dar início a uma nova etapa do Regime Militar. Desta vez, o estilo é outro, na tentativa de recuperar a legitimidade que desaparecera por completo no último período.

Nos seus cinco anos de mandato, Geisel aplica uma política que tem como linha básica a revigoração do prestígio do regime, a reativação da vida partidária, a reabertura do diálogo com setores marginalizados das elites e a contenção da dinâmica oposicionista dentro de limites que não ameaçassem a chamada Segurança Nacional. Haverá repressão, sim, e dura, mas temperada com medidas de abertura, mesclada com gestos de abrandamento, tudo visando, em última instância, a manutenção do sistema instaurado em 1964.

Será um governo de gestos pendulares, precisamente calculados, abrindo num momento, para em seguida retomar medidas repressivas, que marcassem, claramente, o limite, restrito, da abertura controlada. Procurando canalizar para o Parlamento e os partidos oficiais todo o descontentamento popular que crescia, os generais Geisel e Golbery do Couto e Silva, principal formulador da política de distensão, definiram também um abrandamento relativo da censura à imprensa.

Como resultado destes primeiros sopros liberalizantes, 13 das 22 vagas disputadas no Senado nas eleições de novembro de 1974 foram conquistadas pela oposição; na Câmara Federal, o MDB passou de 87 para 165 cadeiras e a ARENA, o partido oficial, regrediu de 223 para 199. Os militares encontram dificuldades para digerir a derrota, mas respeitam os resultados num primeiro momento, alterando a dinâmica eleitoral dos anos seguintes com medidas que viciavam as regras do jogo.

Os primeiros meses do governo Geisel marcam um período em que os órgãos de repressão optam pelo método de ocultar as prisões seguidas de mortes, para evitar o desgaste que as versões repetitivas de "atropelamento", "suicídio" e "tentativa de fuga" certamente enfrentariam, num clima de maior liberdade de imprensa. Em consequência, torna-se rotina o fenômeno do "desaparecimento", que já ocorria no período anterior, mas em escala relativamente menor. Cerca de vinte cidadãos, presos por esses órgãos de segurança na época da posse do general Geisel, nunca mais foram localizados, apesar das provas de suas detenções.

Os órgãos de segurança pareciam ter estabelecido como meta uma "última varrida" em todos os agrupamentos de esquerda, para aniquilar tudo o que tivesse resistido à repressão anterior. Na verdade, a "comunidade de segurança" não alterou a essência repressiva dos anos Médici, calcada em sequestros, torturas e assassinatos, mas passou a acionar esporadicamente manobras tendentes a aparentar alguns cuidados com o respeito aos Direitos Humanos.

O Congresso Nacional passa a ser, então, uma tribuna de onde determinados oposicionistas martelam denúncias praticamente diárias. Isso provocará represálias por parte do governo, destinadas a fixar, também, no 'Parlamento, os limites que o regime considerava toleráveis para a denúncia sobre violação de Direitos Humanos. Num curto espaço de tempo, entre janeiro e abril de 1976, voltam a ocorrer cassações de mandatos.

O governo da "distensão" queria deixar claro, dessa forma, que a abertura da vida política não implicava em tolerar a presença das forças consideradas de esquerda.

O país voltaria às urnas, em novembro de 1976, para eleições municipais. Mas o clima da campanha, desta vez, é radicalmente diferente daquele de 74. A "Lei Falcão", de autoria do ministro da Justiça de Geisel, limitava drasticamente o uso do rádio e da televisão para a propaganda eleitoral e coibia comícios e concentrações em lugares públicos. Mesmo assim, embora no número total de votos a ARENA permanecesse com folgada maioria nas Câmaras Municipais e Prefeituras, as urnas mostraram que o MDB mantinha uma tendência ascensional, enquanto decrescia a força do partido governista. Os estrategistas do regime são
levados, então, a estudar a possibilidade de reformulação do sistema
bipartidário.

Em 1º de abril de 1977, com o fracasso das pressões governistas junto ao MDB para que fosse aprovado um projeto de reformulação do sistema judiciário brasileiro — que, em resumo, revestia o Executivo de novos e revigorados poderes majestáticos — Geisel fecha o Congresso Nacional e baixa o chamado "Pacote de Abril". O Executivo impunha, assim, um conjunto de modificações constitucionais planejadas com a intenção de perpetuar o regime e neutralizar o crescimento da oposição. Foi redefinido o Colégio Eleitoral que elegia indiretamente os governadores, foi inventada a figura do senador "biônico" (não eleito pelo voto popular) e ampliou-se o mandato do presidente da República para seis anos.

O "Pacote de Abril" teve duro impacto nos ânimos de setores oposicionistas entusiasmados com as promessas de "reabertura democrática". Mas não foi interrompida a campanha de denúncia contra as violações dos Direitos Humanos, que naquele momento encontra eco também nos órgãos de imprensa libertados da censura prévia.

Um episódio que serviu para retratar fielmente a nova postura dos governantes frente a tais denúncias foi a visita do cardeal de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, ao general Golbery, à frente de uma comissão de familiares de "desaparecidos políticos".

De início, o general se compromete a dar resposta sobre o paradeiro das pessoas procuradas, dentro de trinta dias; mais tarde, se omite frente à questão, enquanto o ministro da Justiça, Armando Falcão, informava pela imprensa que aqueles "desaparecidos" "jamais tinham sido detidos".

O choque entre diferentes grupos militares acerca da necessidade de os organismos de segurança se adaptarem aos novos tempos ficou bastante evidente quando ocorreram dois assassinatos sob torturas nas dependências do DOI-CODI de São Paulo. O primeiro foi cometido em outubro de 1975, vitimando o jornalista Wladimir Herzog. O segundo tirou a vida do metalúrgico Manoel Fiel Filho, em janeiro do ano seguinte. Nos dois episódios, houve reações de amplos setores da opinião pública. No segundo desses assassinatos, Geisel destituiu o comandante do II Exército, general Ednardo D'Avila Mello, em atitude que provocou sério impacto nos meios militares.

Em dezembro de 1976, repetindo integralmente os procedimentos do período Médici, o DOI-CODI invade uma casa na Lapa, em São Paulo, onde se reuniam dirigentes de uma organização clandestina — o Partido Comunista do Brasil — matando no local Pedro Pomar e Angelo Arroyo. Outro dos que foram detidos ali, João Batista Franco Drumond, teve sua morte anunciada, pouco depois, como tendo sido atropelado "quando tentava fugir".

A partir de 1977, não se registraram novos assassinatos durante interrogatórios, embora as denúncias sobre torturas continuassem presentes nos poucos processos políticos formados então. Nessa época já vinha se tornando notória a existência de tensões e dissidências dentro das Forças Armadas. Por sugestiva coincidência, têm início ações regulares de terrorismo de direita, reivindicadas por siglas que, na verdade, camuflam a operação de antigos agentes dos órgãos de tortura. Tudo indica que as mudanças na conjuntura política impeliam a chamada "comunidade de informações" a desenvolver sua ação num trabalho de maior clandestinidade. É reforçado, então, o esquema do "braço clandestino da repressão".

Mais tarde, em abril de 1981, como a confirmar por inteiro essa hipótese, dois militares do DOI-CODI do Rio de Janeiro sofreram um acidente quando preparavam um atentado à bomba no Centro de Convenções Riocentro, durante um show de música popular em comemoração ao 19 de Maio. O petardo explodiu no carro em que se encontravam, matando um sargento e ferindo gravemente um capitão.

O primeiro atentado de proporções mais alarmantes foi perpetrado, em 22 de setembro de 1976, contra o bispo de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, D. Adriano Hipólito, sequestrado por homens encapuçados que o levaram para um matagal, submetendo-o a espancamentos e abandonando o nu, enquanto seu carro era conduzido para ser destruído por forte carga de explosivos em frente à então sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A escolha do bispo como alvo do terror tinha relação com a atitude assumida pelo Estado, nos últimos anos, de animosidade contra a CNBB

pelas suas repetidas manifestações em defesa dos Direitos Humanos.

É evidente que a impunidade registrada quando desses primeiros atentados serviu de estímulo para sua continuidade — uma espécie de aval branco que o regime assegurava aos terroristas, embora emitisse declarações formais de condenação em cada episódio. Nessa mesma época, bombas haviam detonado na sede de importantes entidades identificadas com forças progressistas: a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira e Imprensa (ABI), no Rio, em agosto de 76, e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em São Paulo, no mês seguinte. Minas Gerais foi outro Estado bastante atingido: balanço efetuado em outubro de 1978 registrava 13 atentados a bomba, além de ameaças, depredações e assaltos, que perfaziam um total de 24 ações.

Apesar dos ataques terroristas da direita, das cassações, das leis autoritárias e dos momentos em que o pêndulo da "distensão lenta, gradual e segura" voltava-se no sentido da repressão, a nova conjuntura nacional começa a caracterizar-se, fundamentalmente, por um crescimento das lutas populares e isolamento político do regime, ao mesmo tempo em que se agrava a situação econômica.

A partir de fevereiro de 1978, começam a proliferar, em todo o país, Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) que lançam uma campanha por Anistia ampla geral e irrestrita, defendem os presos políticos que reagem às duras condições carcerárias com repetidas greves de fome, e ainda sistematizam denúncias sobre torturas, assassinatos e desaparecimentos políticos.

Frente à crise que se avizinhava, os generais, como já se tornara costume desde 1964, procuram mais uma vez canalizar as divergências entre suas diversas correntes para a sucessão presidencial. Setores que reprovavam a estratégia de Geisel e, taticamente, concentravam seu ataque na figura de Golbery (flanco vulnerável devido à sua notória ligação com círculos norte-americanos e moralidade pública questionada) agrupam-se em torno do ministro do Exército, general Silvio Frota que se lança candidato contra a vontade de Geisel. A crise é profunda e quase gera choque entre unidades militares, o que termina não ocorrendo porque fica muito clara a superioridade das forças leais à presidência da República.

Geisel, que já havia se decidido pelo nome do general João Baptista de Oliveira Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações, demite Silvio Frota do Ministério do Exército.

Em novembro de 1978, o governo sofre nova derrota nas urnas: nas eleições majoritárias para o Senado, o MDB obtém 18,5 milhões de votos, contra 13,6 milhões da ARENA.

Em primeiro de janeiro de 1979, é revogado o AI-5, a face mais ostensiva da ditadura, embora parte de seus dispositivos passassem a estar embutidos na Constituição, como o "estado de emergência", que o

Executivo poderia decretar em momentos de crise, atribuindo-se poderes excepcionais e suspendendo as garantias dos cidadãos por um prazo de 60 dias, prorrogáveis por mais 60.

Ao terminar o último ano do governo Geisel, a estatística do Regime Militar de 1964 registrava aproximadamente 10 mil exilados políticos, 4.682 cassados, milhares de cidadãos que passaram pelos cárceres políticos, 245 estudantes expulsos das universidades por força do Decreto 477, e uma lista de mortos e desaparecidos tocando a casa das três centenas.

A posse do general Figueiredo — escolhida como data-limite do período pesquisado no Projeto BNM — ocorre em 15 de março de 1979, num quadro em que a crise econômica se agrava e as modificações constitucionais legadas por Geisel criam brechas para o crescimento das pressões democráticas. Os presídios políticos paulatinamente se esvaziam, os exilados começam a retornar, amplia-se a luta pela Anistia. Mas o regime sobrevive: líderes operários são perseguidos e mortos no campo e na cidade, sindicatos sofrem intervenção, mostrando os limites da "abertura" — mais voltada para as chamadas elites políticas do país e setores das classes médias do que para o povo trabalhador.

6. A montagem do aparelho repressivo e suas leis

Consumada a deposição do presidente Goulart, a 2 de abril de 1964, houve um primeiro momento de indecisão: qual ala as Forças Armadas — não inteiramente homogêneas — assumiria o comando mais direto do aparelho de Estado?

Acabou prevalecendo o grupo liderado pelo marechal Humberto de Alencar Castello Branco, não por ter jogado o papel mais importante nas movimentações de tropas, mas por ser o único portador de um projeto global para a sociedade, amadurecido desde a década de 50 na Escola Superior de Guerra. Esse pensamento global se tornou conhecido como Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Fundada em 20 de agosto de 1949, por inspiração do marechal César Obino, então chefe do Estado Maior das Forças Armadas, a Escola Superior de Guerra (ESG) funciona até hoje num velho edifício da Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro. Sua origem remonta ao período em que a Força Expedicionária Brasileira (FEB) | combateu em campos da Itália durante a Segunda Guerra Mundial, no comando norte-americano. A estreita vinculação surgida entre oficiais norte-americanos e militares brasileiros que lá estavam — Castello Branco, Golbery do Couto e Silva e outros chefes, até mesmo a fazer com que compartilhassem a expectativa de adequação da guerra — ou de início de uma terceira — opondo vez os aliados ocidentais à União Soviética.

Antecedentes recentes da vida militar brasileira — em que o da Guerra no Estado Novo, Gois Monteiro, defendia o alinhamento com a Alemanha — já predispunham esses comandos a desenvolverem menos o espírito antifascista que, teoricamente, os levara lutar na guerra, do que o sentimento anticomunista, fortaleceu na cooperação com os norte americanos.

Terminada a guerra, toda essa geração de oficiais, em fluxo passou a frequentar cursos militares norte-americanos. O general Golbery afirmaria mais tarde: "A FEB não foi importante só pela ida à Itália. Possivelmente, ainda mais importante tenha sido a visita da FEB aos Estados Unidos (...) Eu fui, e foi um grande impacto".[86]

Quando esses oficiais começam a retornar ao Brasil, já estão profundamente influenciados por uma nova concepção a respeito de como entender a "Defesa Nacional". Nas escolas norte-americanas, tinham aprendido que não se tratava mais de fortalecer o "Poder Nacional" contra eventuais ataques externos, mas contra um "inimigo interno", que procurará "solapar as instituições".

Assim é que, três anos depois da similar norte-americana —o "National War College" — é fundada aqui a Escola Superior de Guerra, sob jurisdição do Estado Maior das Forças Armadas. Nos dez anos que vão de 1954 a 1964, a ESG desenvolveu uma teoria de direita para intervenção no processo político nacional. A partir de 1964, a ESG funcionaria também como formadora de quadros para ocupar funções nos sucessivos governos.

Além de ter gerado a ideologia oficial do Regime Militar, a ESG trouxe também alguns subprodutos, entre os quais, a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), por Golbery do Couto e Silva, que teria importante papel na implantação e defesa do novo sistema político.

Ao sintetizar os grandes fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida pela ESG, através de um livro que se tornou cartilha oficial dos generais no Poder, Golbery pontificava:

> "Daí um novo dilema — o do Bem-Estar e o da Segurança, apontado por Goering, em dias passados, sob a forma menos justa, mas altamente sugestiva, de seu conhecido slogan: "Mais canhões, menos manteiga". E, na verdade, não há como fugir à necessidade de sacrificar o Bem-Estar em proveito da Segurança, desde que essa se veja realmente ameaçada. Os povos que se negaram a admiti-lo aprenderam no pó da derrota a lição merecida".[87]

Em outras palavras, ameaçada a "segurança", está justificado o sacrifício do Bem-Estar que, por extensão, é o sacrifício também da liberdade, das garantias constitucionais, dos direitos da pessoa humana. E

Goering se referia aos povos ameaçados por um inimigo externo, enquanto para Golbery o inimigo era interno, devendo ser procurado entre o povo brasileiro.

Só em 1968, um ano após a elaboração da Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei 314), começaram a surgir as primeiras críticas sistematizadas à ideologia que o Estado vinha impondo desde 1964. Um trabalho pioneiro proveio de setores da Igreja Católica. Por meio dele, era atingido um dos pilares fundamentais da Doutrina de Segurança Nacional: a defesa do "ocidente cristão". O fato de tal doutrina afirmar-se cristã era energicamente rechaçado pelo atual bispo de Bauru, São Paulo, D. Cândido Padin:

> "O grupo ideológico saído da ESG detém o superpoder e é constituído, em sua maioria, de militares; a "civilização ocidental-cristã", pregada pela DSN, é um chavão que não resiste a um confronto frio com a mensagem evangélica; a democracia é um nome que cobre a realidade de um totalitarismo militar (...) e a soberania nacional é delimitada a ponto de não existir. A anti-História que se delineou no mundo através da política que eclodiu na realidade do nazismo atuante, de certo modo, e bem comparado, vai se traçando também na política nacional brasileira".[88]

Em nome da "democracia", caberia rasgar a Constituição, depor o presidente eleito, João Goulart, fechar o Congresso Nacional, suspender garantias dos cidadãos, prender, torturar e assassinar, como terminou ocorrendo no regime inspirado pela Doutrina de Segurança Nacional.

O conceito de "Poder Nacional", angular em toda essa ideologia, foi igualmente questionado pelo teólogo Joseph Comblin, sacerdote belga que escreveu importantes trabalhos sobre as consequências das ditaduras militares na vida dos povos da América Latina:

> "Em qualquer sociedade, sempre se admite que uma pequena parcela das energias e das rendas seja reservada para a defesa coletiva e também para a segurança do Estado. Mas, como se trata de despesas a fundo perdido e sem satisfação de ordem pessoal, elas são reduzidas ao mínimo necessário. No Sistema de Segurança Nacional, ao contrário, o mínimo torna-se o máximo. Todas as energias
> dos cidadãos devem ser canalizadas para a Segurança e tornar-se um Poder. O Sistema de Segurança Nacional produz, aliás, uma situação humana pior do que a escravidão. Na escravidão, as energias humanas são transformadas em energias materiais e destinadas a produzir resultados

> econômicos. Tais resultados são inocentes em si. O escravo tem ao menos a satisfação de produzir bens úteis, mesmo que não receba nada para si, enquanto que o cidadão subordinado à Segurança Nacional é chamado a formar um poder que vai servir para dominar homens, quebrar suas vontades e destruir suas personalidades".[89]

A concepção doutrinária que se erigiu em ideologia oficial das Forças Armadas, após 1964, voltada para a caça ao "inimigo interno", impôs remodelações profundas na estrutura do sistema de segurança do Estado. Uma delas foi a hipertrofia, o gigantismo, a contínua proliferação de órgãos e regulamentos de segurança. Outra, foi a atribuição de enorme autonomia aos organismos criados. No princípio da década de 70, já se chegava a falar na existência de um verdadeiro Estado dentro do Estado.

O manto dos Atos Institucionais e a autoridade absoluta dos mandatários militares serviriam como proteção e salvaguarda do trabalho das forças repressivas, fossem quais fossem os métodos utilizados.

O Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), que começou a ser criado em abril de 1964, foi o primeiro de uma série de instrumentos gerados para adaptar o poderio bélico das Forças Armadas à nova doutrina de segurança, que depositava o centro de suas atenções na "guerra revolucionária".

O GPMI começou a ser idealizado nos contatos conspirativos travados entre militares e empresários, no período de preparação do movimento que depôs Goulart.

Estavam lançadas assim as bases de uma indústria bélica que não pararia de crescer nos anos seguintes e cuja produção acabou se voltando para a exportação, guindando o Brasil dos generais ao quinto posto na escala mundial dos vendedores de armamentos, não obstante os insucessos de outros aspectos fundamentais da política econômica implantada.

As Forças Armadas se prepararam seriamente para combater qualquer espécie de revolta popular contra o regime imposto pelo direito da força. Mais importante do que o aparelhamento para uma guerra aberta foi, no entanto, o aparelhamento para a guerra surda que se travou, esta sim, ao nível dos interrogatórios, das investigações sigilosas, da escuta telefônica, do armazenamento e processamento das informações acerca de atividades consideradas oposicionistas — desde suas variantes reivindicatórias, lutas salariais e pressões em favor da democracia, até às formas de oposição clandestina.

A imprensa frequentemente se refere à máquina criada nacionalmente para a "produção e operação de informações" com o nome de Sistema Nacional de Informações (SNI) ou, simplesmente, "Sistema", que poderia ser visualizado como uma pirâmide, tendo na base as câmaras de

interrogatório e, no vértice, o Conselho de Segurança Nacional (CSN).

A medida da importância do SNI, criado em 13 de junho de 1964, com o objetivo de "superintender e coordenar em todo o território nacional as atividades de informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional", pode ser aferida por indicadores precisos: seu comandante, com título de ministro, era um dos quatro que mantinha encontro diário com o presidente da República, logo no início do expediente. E dessa chefia saíram dois dos presidentes militares do regime de 1964: Emilio Garrastazu Médici e João Baptista de Oliveira Figueiredo.

O SNI mantém, além da agência central, sediada em Brasília, oito agências regionais, de Manaus a Porto Alegre. Só para os gastos dessas agências, a dotação das verbas cresceu 3.500 vezes de 1964 a 1981, começando com Cr$ 200 mil e atingindo, 17 anos depois, um orçamento de Cr$ 700 milhões.

Com esse crescimento, surgiu a necessidade de uma integração entre os organismos repressivos já existentes — ligados às três Armas, à Polícia Federal e às polícias estaduais — para melhorar a eficiência dos mecanismos de repressão e controle. Essa integração seria testada pela primeira vez em São Paulo, em meados de 1969, quando setores oposicionistas, manietados pela decretação do Ato Institucional n' 5, se viram compelidos a formas ilegais de ação política, incluindo alguns grupos até mesmo a luta guerrilheira.

Foi criada, então, e só oficiosamente assumida pelas autoridades militares, a Operação Bandeirantes (OBAN), que se nutria de verbas fornecidas por multinacionais como o Grupo Ultra, Ford, General Motors e outros. Não era formalmente vinculada ao II Exército, embora seu comandante, general Canavarro Pereira, visitasse regularmente a Delegacia de Polícia que lhe servia de sede, na rua Tutoia, em São Paulo. A OBAN foi composta com efetivos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Política Estadual, Departamento de Polícia Federal, Polícia Civil, Força Pública, Guarda Civil — todos os tipos, enfim, de organismos de segurança e policiamento.

A inexistência de estrutura legal conferiu ao novo organismo uma mobilidade — e impunidade, quanto aos métodos — que garantiu importantes vitórias na chamada "luta contra a subversão". Tais êxitos levaram a que altas esferas responsáveis pela Segurança Nacional considerassem aprovado o teste e, então, o tipo de estrutura da OBAN serviu de inspiração para a implantação, em escala nacional, de organismos oficiais que receberam a sigla DOI-CODI.

O DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações —Centro de Operações de Defesa Interna), surgiu em janeiro de 1970, significando a formalização, no Exército, de um comando que englobava as outras duas Armas. Em cada jurisdição territorial, os CODI passavam a dispor do

comando efetivo sobre todos os organismos de segurança existentes na área, sejam das Forças Armadas, sejam das polícias estaduais e federal.

Dotados de existência legal, comandados por um oficial do Exército, providos com dotações orçamentarias regulares, os DOI-CODIs, passaram a ocupar o primeiro posto na repressão política e também na lista das denúncias sobre violações aos Direitos Humanos. Mas tanto os DOPS (Departamento de Ordem Política e Social, de âmbito estadual), como as delegacias regionais do DPF (Departamento de Polícia Federal) prosseguiram atuando também em faixa própria, em todos os níveis de repressão: investigando, prendendo, interrogando e, conforme abundantes denúncias, torturando e matando.

No caso de São Paulo, o DOPS (mais tarde DEOPS) chegou praticamente a competir com o DOI-CODI na ação repressiva, reunindo em torno do delegado Sérgio Paranhos Fleury uma equipe de investigadores que, além de torturar e matar inúmeros oposicionistas, eram simultaneamente integrantes de um bando autodenominado "Esquadrão da Morte". Esse "Esquadrão", a pretexto de eliminar
criminosos comuns, chegou a assassinar centenas de brasileiros, muitos dos quais não registravam qualquer tipo de antecedente criminal. Em julho de 1969, foram reorganizadas as polícias militares estaduais de todo o país, com o objetivo de adaptá-las às novas diretrizes de segurança interna. A autoridade do governador de Estado sobre a Polícia Militar de uma unidade foi subtraída pela determinação de que o controle das PMs seria exercido pelo Estado Maior do Exército e pelos comandos militares regionais.

É importante registrar que a ação desse intrincado aparelho repressivo não se circunscreveu às fronteiras do Brasil. Pelo menos nos golpes militares ocorridos na Bolívia, em 1972; no Chile, em 1973; e na Argentina, em 1976, depoimentos de exilados brasileiros, presos então nesses países, referem terem sido interrogados e até mesmo torturados por brasileiros, que não ocultavam sua condição de militares ou policiais. Em outros casos, os interrogatórios eram conduzidos por militares daqueles países, mas na presença e sob orientação de agentes brasileiros presentes às câmaras de tortura.

A Doutrina de Segurança Nacional projetou leis e regras sobre todos os setores da vida da Nação e, até mesmo, fora dela. No Conselho de Segurança Nacional, entidade máxima do regime, são traçados os "Objetivos Nacionais Permanentes" e as "bases para a política nacional". De acordo com esses objetivos, são editados decretos e decretos-leis, são apresentados ao Parlamento projetos de lei e emendas constitucionais e, quando necessário, são editados até mesmo os "decretos secretos", como aconteceu a partir do governo Médici.

É equivocado pensar que a referida doutrina consubstancia-se, em termos legais, unicamente na lei que lhe leva o nome. A Lei de Segurança

Nacional (LSN) é, no máximo, aquela específica que concentra e condensa todos os critérios e conceitos enfeixados pela Doutrina de Segurança Nacional, configurando sua obra mais acabada e perfeita. Mas o espírito geral desse pensamento conservador espraiou-se por um vasto campo da legislação nacional e das instituições do Estado.

As mudanças introduzidas na LSN ao longo dos anos consistiram, num primeiro momento (1969), numa exacerbação generalizada das penas e do rigor punitivo, em harmonia com a maré repressiva que se seguiu à decretação do AI-5.

Num segundo momento (1978), foram alterados alguns pontos que eram objeto de críticas sistemáticas feitas pelos fóruns democráticos internacionais. Foram suprimidas as penas de morte e de prisão perpétua, abriu-se a possibilidade teórica de verificação de saúde física e mental do detido, reduziu-se o prazo de incomunicabilidade e foram alterados outros aspectos de importância diminuta. Mas, no essencial, o espírito da lei permaneceu intacto.

De tudo, pode-se concluir que a LSN se traduz sempre em segurança para o regime, sendo abolidos dela os postulados da democracia, ao se estabelecer que a segurança não pode tolerar "antagonismos internos". Ao prevalecer sobre todas as leis e mesmo sobre a Constituição Federal, a LSN, na sua concepção imprecisa e perniciosa à defesa dos princípios constitucionais, considera os "antagonismos" puníveis como crimes.

Pela ambiguidade de propósitos, a LSN alcança também a liberdade de imprensa, eis que, nos campos político, econômico e psicossocial, devem os jornais e emissoras exercer um papel fortalecedor dos "objetivos nacionais permanentes", proibindo-se críticas que pudessem "indispor" a opinião pública com as autoridades, ou gerar "animosidade" contra as Forças Armadas.

Assim também ocorre em outros campos da legislação, como o trabalhista e o criminal comum. A Lei de Greve, por exemplo, regula o exercício do direito de greve e prevê sanções para a continuidade dos movimentos paredistas considerados ilegais pelos tribunais do Trabalho. E as emendas para o mesmo tipo de atividade foram igualmente estabelecidas na LSN, que as agigantou e robusteceu, fixando penalidades seis vezes maiores do que aquelas estabelecidas pela legislação específica.

Em síntese, a contradição que se estabelece com a Lei de Segurança Nacional é permanente e totalizante: de um lado, os interesses de perpetuação do Estado autoritário e, de outro, a defesa da ordem jurídica e da democracia.

Cabe registrar, por último, que os executores da LSN ficaram colocados numa redoma, longe de qualquer censura ou limites, ainda que genéricos. A autoridade responsável pelos inquéritos tinha um poder ilimitado sobre os investigados, podendo exercer toda sorte de violências e

atos coercitivos.

Mesmo em sua última versão criada para os tempos de "abertura política", a LSN faculta à autoridade policial política um campo de arbítrio incomensurável, expondo o cidadão brasileiro à mais completa insegurança. Com ela, o regime manteve uma ferramenta para dissuasão e repressão a seus adversários e impingiu autoritariamente à Nação uma ideologia que, além de importada, significa, em última análise, uma tentativa de perpetuação de estruturas sociais injustas.

7. Como eram efetuadas as prisões

O labirinto do sistema repressivo montado pelo Regime Militar brasileiro tinha como ponta-do-novelo-de-lã o modo pelo qual eram presos os suspeitos de atividades políticas contrárias ao governo. Num completo desrespeito a todas as garantias individuais dos cidadãos, previstas na Constituição que os generais alegavam respeitar, ocorreu uma prática sistemática de detenções na forma de sequestro, sem qualquer mandado judicial nem observância de qualquer lei.

Através da pesquisa BNM, foi possível selecionar alguns casos, apresentados a seguir, que ilustram com fidelidade a prática rotineira das prisões ilegais ocorridas naqueles anos difíceis da vida nacional.

A funcionária pública Lara de Lemos, de 50 anos, narrou ao juiz auditor, em 1973, como fora presa no Rio:

> (...) a depoente estranhou a maneira pela (qual foi) feita a sua detenção, altas horas da noite, por três indivíduos de aspecto marginal, sem nenhum mandado judicial, os quais intimaram a depoente a acompanhá-los; no veículo para onde fora conduzida, fora encapuzada e obrigada a deitar-se no chão do carro para não ser vista; posteriormente veio a saber que o local de sua prisão era a P.E. (Polícia do Exército); (...)[90]

As capturas eram cercadas de um clima de terror, do qual não se poupavam pessoas isentas de qualquer suspeita, conforme carta, anexada aos autos, do estudante de Médicina Adail Ivan de Lemos, de 22 anos, encaminhada à Justiça Militar carioca em 1970:

> (...) Quando entrei na sala de jantar, minha mãe, sentada escrevendo à máquina, chorava em silêncio. Um pouco antes, por volta das 15:30 h, meu irmão tinha sido preso enquanto estudava. Minutos depois começou a ser agredido fisicamente, no quarto de minha mãe, levando,